

DIÁRIO DA ASSEMBLÉIA

Nº 152

CURITIBA, SEGUNDA-FEIRA, EM 22 DE OUTUBRO DE 2001

ANO XXVII

Mesa Diretora

HERMAS BRANDÃO

Presidente - PTB

ELIO RUSCH

1º Vice-Presidente - PFL

IRINEU COLOMBO

2º Vice-Presidente - PT

AUGUSTINHO ZUCCHI

3º Vice-Presidente - PSDB

VALDIR ROSSONI

1º Secretário - PTB

ANTONIO ANIBELLI

2º Secretário - PMDB

CESAR SELEME

3º Secretário - PPB

EDNO GUIMARÃES

4º Secretário - PSL

NELSON GARCIA

5º Secretário - PFL

ABIB MIGUEL

Diretor Geral

Lideranças

Líder do Governo Durval Amaral
Líder da Oposição Waldyr Pugliesi
PTB Carlos Simões
PFL Plauto Miró Guimarães
PSDB Sérgio Spada
PMDB Nereu Moura
PPB Tony Garcia
PT Hermes Fonseca
PDT Luiz Carlos Zuk
PSL Luiz Carlos Martins
PL Pastor Edson Praczyk
PPS Cezar Silvestri

Representação Partidária

PMDB - 08: Ademir Bier - Antonio Anibelli - Caíto Quintana - Edson Strapasson - Nereu Moura - Orlando Pessuti - Ricardo Chab - Waldyr Pugliesi; PSDB - 08: Algaci Tulio - Ademar Traiano - Edno Guimarães - Hermas Brandão - Luiz Fernandes da Silva Litro - Nelson Tureck - Ricardo Maia - Sérgio Spada; PFL - 07: Basílio Zanusso - Cleiton Kielse - Divanir Braz Palma - Durval Amaral - Elio Rusch - Nelson Garcia - Nelson Justus (licenciado) - Plauto Miró Guimarães; PTB - 07: Carlos Simões - Custódio da Silva - Hidekazu Takayama - Luiz Accorsi - Luiz Carlos Alborghetti - Tiago Amorim Novaes - Valdir Rossoni; PDT - 06: Augustinho Zucchi - Eli Ghellere - José Maria Ferreira - Luiz Carlos Zuk - Neivo Beraldin - Renato Gaúcho; PPB - 06: Cesar Seleme - Duílio Genari - Fernando Ribas Carli - Tony Garcia - Miltinho Pupio - Moysés Leônidas; PT - 04: Ângelo Vanhoni - Hermes Fonseca - Irineu Colombo - Luciana Rafagnin; PL - 03: Chico Noroeste - Pastor Edson Praczyk - Serafina Carrilho; PSL - 03: Cartário - Luiz Carlos Martins - Antonio Carlos Belinati; PPS - 02: Cezar Silvestri - Marcos Isfer.

**3ª SESSÃO LEGISLATIVA DA
14ª LEGISLATURA
ATA DA 105ª SESSÃO ORDINÁRIA
REALIZADA EM
22 DE OUTUBRO DE 2001**

(segunda-feira)

Presidência do senhor deputado Elio Rusch, secretariada pelos senhores deputados Nelson Garcia e Basílio Zanusso.

À hora regimental é registrada a presença dos seguintes senhores deputados: Mesa Executiva: Hermas Brandão, Elio Rusch, Irineu Colombo, Augustinho Zucchi, Valdir Rossoni, Antonio Anibelli, Cesar Seleme, Edno Guimarães, Nelson Garcia; PPS: Cezar Silvestri, Marcos Isfer; PL: Chico Noroeste, Pastor Edson Praczyk, Serafina Carrilho; PPB: Duílio Genari, Fernando Ribas Carli, Miltinho Pupio, Moysés Leônidas, Tony Garcia; PDT: Eli Ghellere, José Maria Ferreira, Luiz Carlos Zuk, Neivo Beraldin, Renato Gaúcho; PT: Ângelo Vanhoni, Hermes Fonseca, Luciana Rafagnin; PSDB: Ademar Traiano, Algaci Tulio, Luiz Fernandes da Silva Litro, Nelson Tureck, Ricardo Maia, Sérgio Spada; PFL: Basílio Zanusso, Cleiton Kielse, Divanir Braz Palma, Durval Amaral, Plauto Miró Guimarães; PTB: Carlos Simões, Custódio da Silva, Hidekazu Takayama, Luiz Accorsi, Luiz Carlos Alborghetti, Thiago Amorim Novaes; PMDB: Ademir Bier, Caíto Quintana, Edson Strapasson, Nereu Moura, Orlando Pessuti, Ricardo Chab, Waldyr Pugliesi; PSL: Antonio Carlos Belinati, Geraldo Cartário, Luiz Carlos Martins (54).

Verificada a existência de número legal, o senhor presidente declara aberta a

SESSÃO.

O SR. PRESIDENTE (**Elio Rusch**)

Sob a proteção de Deus iniciamos os nossos trabalhos.

O SR. 2º SECRETÁRIO

Procede à leitura da Ata da sessão anterior, a qual é aprovada sem observações.

O SR. 1º SECRETÁRIO

Procede à leitura do seguinte

EXPEDIENTE:

Ofícios:

OFÍCIO S/Nº

Curitiba, 22 de outubro de 2001.

Senhor Presidente:

Pelo presente comunico a V. Exa. que o ilustre deputado Custódio da Silva estará representando esta

Comissão de Direitos Humanos, no VII Encontro Nacional do Fórum Legislativo de Direitos Humanos, a realizar-se no dia 30 próximo, na Câmara dos Deputados em Brasília, compartilhando de idéias e projetos, além de mobilizações em torno de metas conjuntas somando forças para reforçar o caráter solidário da luta pelos direitos humanos.

Sendo o que se apresenta para o momento, renovo meus protestos de elevada estima e consideração.

Cordialmente,

Sala das Sessões, em 22.10.2001.

(a) **RENATO GAÚCHO**

Presidente da Comissão de
Direitos Humanos e da Cidadania

OFÍCIO Nº 11/2001

LIDERANÇA DO PSB

Curitiba, 13 de agosto de 2001.

Senhor Presidente:

Cordialmente, instrumentalizamo-nos do presente para cumprimentar V. Exa. e solicitar a esta Casa de Leis que sejam tramitados os Projetos de Lei nºs 489/99; 212/2000 e 225/2000, os quais requerem a entrega de Título de Cidadão Honorário do Paraná ao cônego Ângelo Banki vigário da Paróquia de São João Maria Vianey, de Paiçandu, para o doutor Annibal Bianchini da Rocha, engenheiro agrônomo da Companhia de Melhoramentos Norte do Paraná e para o Sr. Wilson Mattos Silva, diretor da Cesumar (Centro de Ensino Superior de Maringá).

Na certeza, que são grandes personalidades que contribuíram para o desenvolvimento da história paranaense, e não medirão esforços para lutarem em busca de uma sociedade mais humana e justa, é que intercedemos por estes títulos.

Contando com a acolhida do pleito, manifestamos agradecimentos e na oportunidade, renovamos a V. Exa. protestos de estima e consideração.

Atenciosamente.

Sala das Sessões, em 22.10.2001.

(aa) **RICARDO MAIA E MOYSÉS LEÔNIDAS**

Requerimentos:

REQUERIMENTO Nº 3490

Senhor Presidente:

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições legais e na forma regimental, REQUER, após ouvido o duto Plenário, retirada por 10 Sessões do Projeto de Lei nº 287/99, em 2ª discussão, de autoria do deputado Algaci Tulio, item 04, constante da Ordem do Dia da presente Sessão Ordinária.

Sala das Sessões, em 22.10.2001.

(a) **DURVAL AMARAL**

REQUERIMENTO Nº 3496

Senhor Presidente:

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o

Plenário, a retirada por 05 Sessões do Projeto de Lei nº 180/2001, item 17 da Ordem do Dia.

Sala das Sessões, em 22.10.2001.

(a) NELSON TURECK

REQUERIMENTO Nº 3467

Senhor Presidente:

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, o envio de votos de pesar à família da senhora Lelia Della Bianca Johnsson, falecida no dia 14 de outubro, no município de Curitiba.

Sala das Sessões, em 22.10.2001.

(a) EDNO GUIMARÃES

REQUERIMENTO Nº 3479

Senhor Presidente:

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, a consignação na Ata dos trabalhos da Sessão de hoje, de votos de profundo pesar, pelo falecimento da senhora Dalva Edil Casagrande, progenitora do ex-prefeito de Santa Isabel do Ivaí, Luiz Eduardo Casagrande, ocorrido dia 17/10/2001.

Requer, outrossim, que da decisão da Casa, seja dado ciência à família enlutada.

Sala das Sessões, em 22.10.2001.

(a) ANTONIO ANIBELLI

JUSTIFICATIVA:

Aos 74 anos de idade faleceu, em Santa Isabel do Ivaí, a Sra. Dalva Edil Casagrande, progenitora do ex-prefeito de Santa Isabel do Ivaí, Luiz Eduardo Casagrande - TUCA.

Era viúva do Sr. Eduardo Francisco Casagrande e deixou 06 filhos, 10 netos e 02 bisnetos.

Seu passamento veio abrir enorme lacuna no seio da família, bem como de seu vasto círculo de amigos, dentre eles este parlamentar.

O céu será grande e a paz sobre dona Dalva e o seu descanso não terá fim desde agora e para todo o sempre. O destino roubou-a do convívio de seus entes queridos, de seus amigos. Resta-nos, todavia, um consolo: é a certeza de que viveu uma vida honrada dedicada à família, aos amigos e ao trabalho.

Sua família, a família que adorava, despediu-se em lágrimas dizendo que poderá descansar tranqüila, pois saberá honrar seu nome e cultuar sua memória. A distância e o tempo jamais poderão apagar de nosso coração a lembrança daquela que soube conquistar a nossa amizade.

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, por intermédio deste parlamentar, cumpre o dever de associar-se à dor que abalou a família Casagrande, endereçando a ela, votos de profundo pesar, rogando a Deus para que a todos conforte.

REQUERIMENTO Nº 3480

Senhor Presidente:

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, a consignação na Ata dos trabalhos da Sessão de hoje, de votos de profundo pesar pelo falecimento da Sra. Vitalina Rita da Conceição, ocorrido dia 15/10/2001.

Requer, outrossim, que da decisão da Casa, seja dado ciência à família enlutada.

Sala das Sessões, em 22.10.2001.

(a) ANTONIO ANIBELLI

JUSTIFICATIVA:

No último dia 15 faleceu a Sra. Vitalina Rita da Conceição, progenitora do vereador David Ponzio, do distrito de São José do Ivaí, município de Santa Isabel do Ivaí, que deixou 13 filhos, 45 netos, 41 bisnetos e 01 tataraneto.

A extinta era viúva do Sr. José Ponzio.

Seu passamento veio abrir enorme lacuna no seio da família, bem como de seu vasto círculo de amigos, dentre eles este parlamentar.

O destino privou seus familiares e amigos do seu convívio, porém resta-nos um consolo: a certeza de que viveu uma vida honrada dedicada à família, aos amigos e ao trabalho.

Descanse em paz, dona Vitalina, na certeza de que cumpriu sua missão nesta vida.

O tempo e a distância jamais poderão apagar de nosso coração a lembrança daquela que soube conquistar a nossa amizade.

Sua família, a família que adorava, despediu-se com lágrimas nos olhos, dizendo que poderá repousar com tranqüilidade, pois, saberá honrar seu nome e cultuar sua memória.

O Poder Legislativo do Estado do Paraná, por intermédio deste deputado, cumpre o dever de associar-se à dor que abalou a família Ponzio, endereçando a ela voto de profundo pesar, rogando a Deus para que a todos conforte.

REQUERIMENTO Nº 3481

Senhor Presidente:

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, depois de ouvido o douto Plenário, que sejam registrados nos Anais da Sessão de hoje, votos de pesar à família Linares, pelo falecimento do senhor Cosmo Vicente Ruiz Linares, ocorrido no dia 19 de outubro do corrente ano.

Requer ainda, que do presente se dê ciência à família Linares, através de correspondência a ser encaminhada ao Sr. Júlio César Ruiz Linares, à Estrada da Ribeira, nº 202, km 3,0 - CEP: 83.408-000, Maracanã - Colombo - Paraná; e ao Sr. Vicente Donizete Ruiz Linares, Rua Felisbino Passos, nº 151 - CEP: 82.620-230 - Bacacheri - Curitiba-PR.

Sala das Sessões, em 22.10.2001.

(a) EDSON STRAPASSON

REQUERIMENTO Nº 3487

Senhor Presidente:

O deputado Luiz Accorsi, que ao final subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após aprovação do douto Plenário, a inserção em Ata dos trabalhos desta Casa de Leis, de votos de profundo pesar pelo falecimento da Sra. Dalva Casagrande, ocorrido na manhã de quinta-feira, dia 18 de outubro do ano em curso, nesta cidade de Curitiba.

Sala das Sessões, em 22.10.2001.

(a) LUIZ ACCORSI

JUSTIFICATIVA:

Sua família aliás, foi quase que totalmente constituída na cidade de Santa Isabel do Ivaí, daí a sua condição de pioneira daquele município nordestino.

Como companheira do também saudoso Eduardo Casagrande, que se estabeleceu na década de 60 em Santa Isabel do Ivaí, ficando as primeiras indústrias em seu território, deverá ter o seu nome registrado na história isabelense da qual participou com coragem e sacrifícios.

Que, da decisão, se dê ciência aos Poderes Legislativo, do qual participou como membro e presidente, o seu filho Luiz Eduardo Casagrande e ao Poder Executivo, também ocupado por ele, em gestão passada.

Endereço: Sr. Luiz Eduardo Casagrande (Tuca) - CEP: 87910-000 - Santa Isabel do Ivaí-PR.

REQUERIMENTO Nº 3470

Senhor Presidente:

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, o envio de expediente à senhora Adelina Pizzatto com votos de profundo pesar, pelo falecimento do senhor Ricieri Pizzatto, do município de São Jorge D'Oeste-PR.

Sala das Sessões, em 22.10.2001.

(a) NEREU MOURA

JUSTIFICATIVA:

A homenagem póstuma ora requerida é de fundamental importância tendo em vista que o falecido era um dos pioneiros de São Jorge D'Oeste. Ajudou a construir escolas, igrejas e abriu a mata para traçar a primeira estrada que ligava a sede do então distrito à comunidade de Nova Santana. Gaúcho de nascença, sendo natural de Lagoa Vermelha, muito jovem veio fixar residência no Sudoeste do Paraná. Aqui foi um desbravador, lutando incansavelmente, para criar sua numerosa família, mas também para que tivéssemos progresso e desenvolvimento. Era na verdade um líder comunitário. Homem de bem, soube em vida deixar uma grande marca de honestidade, caráter e retidão. Seus filhos e nove filhas, criados com muito esmero, disciplina, com certeza sentirão amargamente a ausência do pai que acima de tudo foi um grande amigo.

A Assembléia Legislativa do Paraná, que á a casa do povo do nosso Estado, precisa reverenciar a memória de pessoas que de uma forma ou de outra contribuíram

para com o nosso progresso e evolução. Eu particularmente tenho um grande respeito pelo senhor Ricieri Pizzatto, pois pude ter uma longa convivência com ele, especialmente na vida política. Em todas as vezes que disputei eleições para a Assembléia Legislativa, contei com o apoio leal e sincero do amigo que recentemente se despediu deste mundo.

REQUERIMENTO Nº 3468

Senhor Presidente:

O deputado que a este subscreve, no uso de suas atribuições legais e regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, o envio de votos de congratulações ao jornal Gazeta do Povo, pelo recebimento do Prêmio "Top Of Mind-2001".

Sala das Sessões, em 22.10.2001.

(a) ALGACI TULIO

JUSTIFICATIVA:

O jornal Gazeta do Povo, mais uma vez foi premiado - recebeu o Prêmio "Top Of Mind-2001", na oitava edição da Pesquisa que é promovida pela revista Amanhã, com 35% das respostas. O Top levanta as marcas de maior presença na memória imediata das pessoas e este ano foram entrevistadas 1.280 pessoas, entre os dias 3 e 8 de setembro, em 22 centros consumidores do Estado.

A memória dos entrevistados confirma as informações de mercado da Gazeta do Povo, um dos 14 veículos de comunicação da Rede Paranaense de Comunicação - RPC. Aos domingos, de cada 110 leitores de jornal do Paraná, 94% lêem a Gazeta do Povo e durante a semana o jornal segue na liderança.

Pelo recebimento do merecido prêmio, receba o jornal Gazeta do Povo, através de seu presidente - doutor Francisco Cunha Pereira Filho (Praça Carlos Gomes, 04 - Centro - Curitiba/PR) os votos de congratulações do Poder Legislativo do Estado.

REQUERIMENTO Nº 3474

Senhor Presidente:

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, votos de congratulações ao jornal Gazeta do Povo, pelo resultado da pesquisa Top Of Mind promovida pela revista Amanhã, quando esse importante órgão de imprensa foi apontado mais uma vez como sinônimo de jornal em nosso Estado.

Que esses cumprimentos sejam endereçados ao seu diretor, doutor Francisco Cunha Pereira Filho, extensivos ao seu corpo de jornalistas, redatores, repórteres, fotógrafos e demais integrantes da equipe.

Sala das Sessões, em 22.10.2001.

(a) TONY GARCIA

REQUERIMENTO Nº 3475

Senhor Presidente:

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o

Plenário, votos de congratulações ao jornal Tribuna do Paraná, pelos seus 45 anos de fundação.

O jornal em referência pertence à Editora O Estado do Paraná, ganhando destaque na imprensa por sua linha voltada totalmente para o segmento popular, tornando-se um hábito diário dos paranaenses.

Que esses cumprimentos sejam endereçados ao seu diretor, doutor Paulo Cruz Pimentel, extensivos ao seu corpo de jornalistas, redatores, repórteres, fotógrafos e demais integrantes da equipe.

Sala das Sessões, em 22.10.2001.

(a) TONY GARCIA

REQUERIMENTO Nº 3477

Senhor Presidente:

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, sejam consignados na Ata dos trabalhos da Sessão de hoje, votos de congratulações e aplausos ao município de Piên, pela passagem, no próximo dia 1º de novembro, do seu 40º aniversário de emancipação política.

Requer, outrossim, que da decisão da Casa, seja dado ciência ao Exmo. Sr. Francisco Marques Neto, prefeito municipal, ao vice-prefeito, senhor José Loir Dreveck, bem como a todos os senhores vereadores para que, em nome do Poder Legislativo do Estado do Paraná, recebam e cumprimentem a população de Piên.

Sala das Sessões, em 22.10.2001.

(a) ANTONIO ANIBELLI

JUSTIFICATIVA:

É com grande alegria que a laboriosa população do município de Piên estará comemorando, no próximo dia 1º de novembro/2001, mais um aniversário de sua emancipação política.

Portanto, com esta proposição queremos prestar nossa sincera homenagem a todos, pois a comemoração dos 40 anos tem expressivo significado histórico para aquela gente que não mede esforços trabalhando de sol a sol para continuar contribuindo, com sua importante parcela, para o constante desenvolvimento do município.

O Poder Legislativo do Estado do Paraná, por intermédio deste deputado, orgulha-se em homenagear seus administradores de ontem e hoje, que continuam dando exemplos de criatividade administrativa superando todos os obstáculos e trazendo benefícios a toda aquela região e, com isso, as soluções para os inúmeros problemas que vão aparecendo.

Toda a população de Piên é digna do nosso respeito e admiração na significativa data do transcurso dos 40 anos de emancipação politicamente organizada.

REQUERIMENTO Nº 3478

Senhor Presidente:

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, seja consignado na Ata dos trabalhos da Sessão

de hoje, votos de congratulações e aplausos à TV Paranaense - Canal-12, pela passagem do seu 41º aniversário de fundação.

Requer, outrossim, que da decisão da Casa, seja dado ciência ao doutor Francisco Cunha Pereira Filho, diretor-presidente do Canal 12, para que receba e transmita a todos os seus colaboradores as homenagens da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná.

Sala das Sessões, em 22.10.2001.

(a) ANTONIO ANIBELLI

JUSTIFICATIVA:

A TV Paranaense marcou o pioneirismo da televisão no Estado do Paraná.

Nesses 41 anos de sua existência, caracterizou-se por uma política de aperfeiçoamento técnico e de recursos humanos, visando acima de tudo a qualidade da informação, o entretenimento, a cultura e a divulgação do Paraná, e o estímulo ao trabalho do nosso povo.

Esse trabalho tem resultado na conquista de prêmios de nível nacional que traduzem o mais alto reconhecimento da sociedade e atestam a capacidade gerencial implantada em todos os tempos.

A TV Paranaense Canal 12 é hoje orgulho de todos nós, paranaenses, e um dos pilares mais fortes de apoio ao nosso desenvolvimento político, econômico e cultural.

Afilhada à Rede Globo de Televisão, o Canal 12 exerce há anos uma incontestável liderança de audiência, que se consolida a cada dia, não apenas através do trabalho cotidiano, mas também a criatividade em campanha que exalta e eleva o Paraná e sua gente.

A sua solidez como empresa é outra grande conquista que atesta a segura orientação imposta pela administração sob o comando do eminente jornalista e empresário doutor Francisco Cunha Pereira Filho.

Emissora atuante, moderna tecnicamente e cobrindo todos os recantos do nosso Estado, a TV Paranaense - Canal 12 é um dos patrimônios do nosso povo, motivo de orgulho de todos nós.

Portanto, deve esta Casa Legislativa do Estado do Paraná, orgulhar-se ao júbilo pelo transcurso do 41º aniversário do Canal 12, tributando sua homenagem à direção, funcionários e colaboradores, pelo auspicioso evento.

REQUERIMENTO Nº 3482

Senhor Presidente:

O deputado que o presente subscreve no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, depois de ouvido o Plenário, que sejam registrados nos Anais da Sessão de hoje, votos de Congratulações à ACIC - Associação Comercial e Industrial de Colombo, pela passagem do 20º aniversário de sua fundação, ocorrido no dia 20 de outubro do corrente ano.

Requer ainda que do presente se dê ciência à presidente senhora Geltrudes I. Schneider, através de correspondência a ser encaminhada à Rua José Antônio Zem, nº 204, Jardim Arapongas, Caixa Postal 101, CEP 83.402-410 - Colombo-PR.

Nestes termos pede deferimento, conforme dispõe o Regimento desta Casa de Leis.

Sala das Sessões, em 22.10.2001.

(a) EDSON STRAPASSON

REQUERIMENTO Nº 3483

Senhor Presidente:

O deputado que o presente subscreve no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, depois de ouvido o Plenário, que sejam registrados nos Anais da Sessão de hoje, votos de congratulações ao prefeito municipal Antônio Cezar Manfron de Barros, pela passagem dos 112 anos de emancipação política do município de Almirante Tamandaré, que ocorrerá no dia 28 de outubro do corrente ano.

Requer outrossim, que da decisão da Casa, seja dado ciência ao Exmo. Sr. prefeito municipal Antônio Cezar Manfron de Barros, ao vice-prefeito senhor Ariel Adalberto Busato, assim como a todos os senhores vereadores para que em nome do Poder Legislativo do Estado do Paraná, recebam e cumprimentem a laboriosa população de Almirante Tamandaré. Endereços para correspondências: Prefeitura Municipal de Almirante Tamandaré - Av. Emílio Johnson, nº 360 - Centro - 83.501-970 - Almirante Tamandaré-PR; e Câmara Municipal de Almirante Tamandaré, sito à Rua Lourenço Ângelo Buzatto, 670, Centro, CEP 83.501-080 Almirante Tamandaré-Paraná.

Nestes termos pede deferimento, conforme dispõe o Regimento desta Casa de Leis.

Sala das Sessões, em 22.10.2001.

(a) EDSON STRAPASSON

REQUERIMENTO Nº 3488

Senhor Presidente:

O deputado que subscreve o presente, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, que seja inserido no Anais desta Casa de Leis votos de louvor, congratulações e muito aplauso à MV Assessoria Contábil S/C Ltda, pelos 20 anos de fundação da Empresa.

Fundada em 21 de outubro de 1981, pelo contador Dirceu Tadeu Vaz, com apenas 20 anos de idade e seu irmão Dilson José Vaz, com 14 anos de idade, foi conquistando ao longo do tempo, após muito trabalho, perseverança e planejamento, a credibilidade dos seus clientes. Inovação, informatização, desenvolvimento de programas específicos, equipamentos atualizados e de última geração, serviços de moto-boy, veículos Towner adaptados e informatizados transformados em escritórios móveis para pronto atendimento aos clientes em casos emergenciais e uma equipe de 30 (trinta) profissionais altamente qualificados na área contábil, que inteirados, proporcionam aos seus mais de 300 (trezentos) clientes, serviços com presteza, qualidade e confiabilidade.

O aprimoramento da empresa tem contribuído sobremaneira com todos os que necessitam dessa prestação de serviços, a qual também se estende, sem custos,

para entidades escolares carentes, constituindo-se um serviço de enorme relevância social. São realizadas Campanhas de Inverno, Páscoa e Natal juntamente com a equipe de funcionários, em prol de aproximadamente 1.200 (mil e duzentas), crianças mais pobres da localidade de Areias, no município de Almirante Tamandaré.

A competência, aliada aos conceitos de modernidade, tem contribuído para o sucesso dessa empresa e para o desenvolvimento de nosso Estado. Sentimo-nos orgulhosos de homenagear a MV Assessoria Contábil S/C Ltda pelos relevantes serviços prestados à comunidade e em prol das crianças carentes. Empresas como esta devem ser enaltecidas e homenageadas, motivo pelo qual originou-se esta manifestação e júbilo.

Aos fundadores, funcionários, clientes e a todos que de alguma forma tiveram e têm participação nessa empresa, estendemos os melhores cumprimentos em nome desta colenda Casa de Leis, que se torna instrumento da comunidade paranaense, augurando-lhes votos de muitas realizações e sucesso!

Sala das Sessões, em 22.10.2001.

(a) LUIZ CARLOS MARTINS

REQUERIMENTO Nº 3469

Senhor Presidente:

O deputado que o presente subscreve usando de suas prerrogativas, REQUER, após ouvido o douto Plenário, o envio de expediente ao prefeito municipal de Santana do Itararé, senhor Jorge Vidal da Silva, com votos de congratulações pelo aniversário do município, a ocorrer no dia 22 do mês em curso.

Requer ainda que da decisão desta Casa seja dado ciência também ao senhor José de Jesus Izac e ao presidente da Câmara Municipal, vereador Antônio da Silva de Moraes.

Sala das Sessões, em 22.10.2001.

(a) NEREU MOURA

JUSTIFICATIVA:

A ordeira população santanense encontra-se em estado de alegria pela comemoração do aniversário do município, que acontecerá no dia 22 do mês em curso. Falar de Santana do Itararé é reviver a agricultura executada por gente que tem a tradição da terra e que nela deposita esperanças de dias melhores.

Tenho orgulho de ser representante de Santana do Itararé aqui na Assembléia Legislativa. Sempre que visito aquela cidade, procuro manter contato com a população e com ela manter conversas de recíproco interesse. Trata-se de um povo sincero, aguerrido, trabalhador e que tem orgulho da cidade.

Por estas considerações, julgo oportuno esta Casa de Leis, associar-se ao contentamento da boa gente de Santana do Itararé pela passagem desta importante data.

REQUERIMENTO Nº 3476

Senhor Presidente:

A deputada que o presente subscreve, no uso de suas prerrogativas regimentais e legais, respeitosamente

REQUER, após ouvido o Plenário, envio de expediente ao Secretário de Estado da Segurança Pública, senhor José Tavares, solicitando providências no sentido de reforçar o efetivo das Polícias Civil e Militar, no município de Salto do Lontra, bem como o seu aparelhamento, dotando-as dos recursos necessários para agir com eficiência.

O pedido se justifica face a onda de assaltos ocorridos recentemente naquele município, onde, em dois meses, ocorreram três assaltos a bancos e um assalto a um supermercado. A população está apreensiva e espera das autoridades as providências possíveis para o desmantelamento das quadrilhas que agem na região com facilidade e desenvoltura.

Sala das Sessões, em 22.10.2001.

(a) LUCIANA RAFAGNIN

REQUERIMENTO Nº 3484

Senhor Presidente:

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas prerrogativas regimentais, respeitosamente REQUER, após ouvido o douto Plenário, seja encaminhado expediente ao Exmo. Sr. Dr. José Tavares, DD secretário de Estado da Segurança Pública, solicitando providências urgentes no sentido de reforçar o efetivo da Polícia Civil e da Polícia Militar no município de Salto do Lontra, inclusive dotando-as dos recursos necessários a uma atuação eficiente.

Requer ainda, que se dê ciência deste requerimento à Câmara Municipal de Salto do Lontra, na pessoa de seu presidente, vereador Moacir Antonio de Pauli.

Sala das Sessões, em 22.10.2001.

(a) CAÍTO QUINTANA

JUSTIFICATIVA:

Os vereadores do município de Salto do Lontra já encaminharam solicitação nesse sentido ao secretário de Estado da Segurança e estão pedindo o apoio desta Casa, a fim de que sejam urgenciadas as providências objetivando reforçar o efetivo das Polícias Civil e Militar no mencionado município, inclusive reiterando a necessidade de que as mesmas sejam dotadas dos recursos necessários a uma atuação efetivamente, até mesmo com treinamentos em planos estratégicos locais para enfrentar determinadas situações.

Ocorre que o número de assaltos na cidade e região tem subido assustadoramente. Em dois meses, ocorreram três assaltos a bancos e outro a um supermercado, todo sem solução até o momento. Também ocorreram assaltos em municípios vizinhos, a exemplo de Santa Izabel D'Oeste e Dois Vizinhos.

Urge portanto que sejam tomadas medidas para impedir a ação dos meliantes, com o desmantelamento das quadrilhas que vêm agindo na região, a fim de que a tranquilidade possa voltar à população.

REQUERIMENTO Nº 3489

Senhor Presidente:

Os deputados que o presente subscrevem, no uso de suas atribuições regimentais, REQUEREM, após

ouvido o douto plenário, o envio de expediente ao Exmo. Sr. presidente do Tribunal de Contas do Estado, conselheiro Rafael Iatauro, solicitando informações que deverão ser respondidas no prazo máximo de quarenta e oito horas, que contemplem os seguintes questionamentos:

. Na atualidade existe algum conselheiro do Tribunal de Contas que se encontra afastado de sua função ou de licença?

. Quais foram os pedidos de afastamento de conselheiros, nos últimos seis meses?

Sala das Sessões, em 22.10.2001.

(a) VALDIR ROSSONI

Projetos de Lei:

PROJETO DE LEI Nº 541/2001

A Assembléia Legislativa
do Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º - Fica o Poder Executivo Estadual autorizado a conceder pelo prazo de cinco anos, os mesmos incentivos às empresas beneficiadas pelo Decreto 4323 de 29 de junho de 2001, a empresas do setor madeireiro, indústrias de alimentos e indústrias de carnes, que se inscreveram no Programa de Desenvolvimento Econômico Tecnológico Social do Paraná - PRODEPAR.

§ 1º - Só serão contempladas com a dilação de prazo de que trata o *caput* deste artigo as empresas que estiverem em dia com o fisco estadual e atuando dentro das normas previstas na legislação ambiental.

§ 2º - Ficam vedadas as concessões dos benefícios previstos nesta lei às empresas que tenham mudado de atividade quando da habilitação ao Programa de Desenvolvimento Econômico Tecnológico Social do Paraná, PRODEPAR, num prazo de trinta dias contados da publicação desta lei.

Art. 3º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 22.10.2001.

(a) NEREU MOURA

JUSTIFICATIVA:

Tem o presente projeto de lei a finalidade de estimular o desenvolvimento de empresas localizadas principalmente no interior do Estado, levando a parcelas significativas a população paranaense os benefícios da industrialização.

Baseado no Programa de Desenvolvimento Tecnológico Social do Paraná - PRODEPAR, que tem como objetivo principal promover o incremento da geração de emprego, renda e desenvolvimento tecnológico em todo o Estado, mediante apoio à implantação, expansão, reativação, modernização e inovação tecnológica em empreendimentos industriais que venham a se estabelecer no Paraná diversificando sua base econômica e priorizando

projetos que atendam os interesses dos paranaenses, favorecendo, desta forma o desenvolvimento regional.

Nada mais justo de que estes benefícios sejam estendidos aos pequenos empresários que são os maiores empregadores do Paraná, e que hoje administram suas estruturas com sérias dificuldades, pela grande carga tributária incidente sobre seus produtos, inviabilizando, muitas vezes, o prosseguimento de suas atividades gerando o desemprego e até a falência das mesmas.

Para a viabilização da medida ora proposta solicito o devido apoio dos nobres Pares, no sentido da aprovação do projeto de lei em epígrafe, que minimizará as dificuldades do pequeno e médio empresariado paranaense.

PROJETO DE LEI Nº 542/2001

A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º - A contratação de controladores de velocidade nas rodovias estaduais do Estado do Paraná, fica limitada às condições estabelecidas nesta lei.

Parágrafo Único - Considera-se controladores de velocidade para fins de fiscalização os equipamentos com a finalidade de exercer o controle e a fiscalização do trânsito em rodovias estaduais, por meios mecânicos, elétricos e eletrônicos.

Art. 2º - Fica assegurado ao Estado do Paraná a contratação de controladores de velocidade para fins de fiscalização, aqueles que possuem avisos sonoros e luminosos, permitindo ao usuário ser informado do excesso de velocidade cometido, conforme determina a Resolução nº 801/95, do Contran.

Art. 3º - É proibido ao Estado a deflagração de processo de aquisição de controladores de velocidade para fins de fiscalização, mediante financiamento, tanto pelo fornecedor quanto por instituições financeiras.

§ 1º - Incumbe aos órgãos adquirentes de equipamentos controladores de velocidade para fins de fiscalização, exigir no processo licitatório pertinente, a concessão de garantia incondicional de, no mínimo, doze meses, de forma a desonerar o erário de qualquer pagamento referente à manutenção nesse período.

§ 2º - Após a data-termo dos contratos vigentes relacionados à manutenção de equipamentos instalados, havendo a renovação ou nova contratação, esta limitar-se-á ao valor de um por cento (1%), mensais do custo médio atual dos equipamentos para a remuneração dos serviços necessários à manutenção e às aferições.

Art. 4º - É permitido a título de remuneração pelos serviços necessários às aferições incumbidas aos Órgãos Oficiais, a contratação do fornecedor ou de prestador de

serviços, o pagamento de até meio por cento (0,5%) do valor do equipamento instalado.

Art. 5º - No caso de qualquer tipo de contratação de equipamento controlador de velocidade para fins de fiscalização, o respectivo contrato deverá prever o local onde este deverá ser instalado, não sendo admitida a recolocação do equipamento sobre o mesmo termo contratual.

Parágrafo Único - O custo da locação é limitado em um por cento (1%) do valor médio do equipamento na data da contratação, não podendo o contrato se estender por período superior a vinte e quatro meses (24).

A instalação de controladores de velocidade para fins de fiscalização nas rodovias estaduais, deverá estar sempre associada às estatísticas de acidentes de trânsito e grau de periculosidade do local de sua instalação.

Art. 6º - Esta lei entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 22.10.2001.

(a) GERALDO CARTÁRIO

JUSTIFICATIVA:

Indústria de multas. Esta seria a nomenclatura correta para designar a febre que tem assolado a população e feito desenvolver um segmento de empresas de eletroeletrônica neste país.

O crescimento desse setor, evidentemente, tem sido financiado pelo contribuinte, via de regra denominado de infrator, que excede a velocidade determinada para um trecho rodoviário.

Não nos insurgimos contra a necessidade de controles públicos. Pelo contrário, reputamos válidos na medida que estes propiciam o desenvolvimento do espírito cívico, da responsabilidade e do respeito.

O que ocorre, entretanto, é que o cidadão constata a construção de uma malha asfixiante que lhe impõe agravantes exagerados. Não obstante, ainda assim, não há como discordar da legitimidade das administrações públicas de atuarem desta forma.

Mesmo que concordemos com a inexorabilidade desse processo de controle estatal, é preciso que se tenham claras algumas premissas mínimas de razoabilidade.

1 - Que tais controladores de velocidade sejam instalados em locais que apresentem altos índices de acidentes e elevado grau de periculosidade.

2 - Que os controladores de velocidade sejam destacados e perfeitamente visíveis aos usuários das rodovias, mediante a aposição de placas e sinais.

Não pretendemos, evidentemente esgotar nesta proposição, o sentimento legisferante da Assembléia Legislativa. Pelo contrário, apresentamos esta proposta na expectativa de que os nobres companheiros apresentem suas contribuições que, por certo, haverão de colaborar e melhorar o projeto.

PROJETO DE LEI Nº 543/2001
A Assembléia Legislativa
do Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º - Fica declarado de Utilidade Pública o Clube de Mães dos Moradores dos Conjuntos Flamboyant e Ubatuba I e II- Clumacofu, com sede e foro na cidade de Curitiba, Estado do Paraná.

Art. 2º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 22.10.2001.

(a) HIDEKAZU TAKAYAMA

JUSTIFICATIVA:

O Clube de Mães dos Moradores dos Conjuntos Flamboyant e Ubatuba I e II, também designado pela sigla Clomacofu, com sede e foro na cidade de Curitiba, que ora encaminho para que seja declarado de utilidade Pública Estadual, foi criado em 07.02.93, pessoa jurídica de direito privado, sem fins lucrativos, com a finalidade de desenvolver programas nas áreas da assistência social, e da saúde, visando a recuperação integral da pessoa humana, registrado sob nº 2007, Livro "A" de Pessoas Jurídicas, e inscrito no CNPJ sob o nº 68.829.035/0001-71, estando em pleno funcionamento, cumprindo suas finalidades estatutárias.

A instituição em apreço, além de defender os interesses da comunidade que assiste, desenvolve programas voltados às áreas da assistência social, e da saúde, além de outros programas de organização e desenvolvimento da comunidade, inclusive cursos profissionalizantes, contribuindo com órgãos públicos, entidades congêneres e demais segmentos organizados da sociedade, atendendo o disposto em seu estatuto, conforme relatório de atividade anexo.

Pelo exposto, e considerando que a instituição em epígrafe além de cumprir seus objetivos, cumpre também o que dispõe a legislação pertinente, proponho que a mesma seja declarada de Utilidade Pública.

PROJETO DE LEI Nº 544/2001
A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º - Os veículos movidos a GNV - Gás Natural Veicular terão desconto de 10% no pagamento do Imposto sobre Propriedade de Veículos Automotores - IPVA, sem prejuízo de outros descontos legalmente instituídos.

Art. 2º - O desconto de que trata esta lei só se aplica aos veículos cuja conversão do motor para bicom bustível esteja regularizada junto ao Detran, bem como feita em estabelecimento homologado pelo Inmetro - Instituto Nacional de Metrologia.

Art. 3º - Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, em 22.10.2001.

(a) ANTONIO CARLOS BELINATI

JUSTIFICATIVA:

A presente matéria tem por objetivo incentivar o uso do GNV - Gás Natural Veicular, levando-se em consideração que o gás natural é menos poluente e tem rendimento 20% maior que a gasolina.

O gás natural também provoca menor desgaste do motor, haja vista a inexistência de oxidação de componentes e acúmulo de crostas pretas como ocorre quando o propulsor é movido a gasolina.

O último levantamento do Detran, feito até agosto deste ano, aponta que 1185 carros foram convertidos a GNV no Paraná. A maioria está circulando em Curitiba.

Na capital, três postos ofertam o GNV: Posto Chú, Posto Pórtico e Posto Belém. Até o final do ano, mais quatro postos vão vender o produto, sendo que o Tartaruga deve começar ainda no mês de outubro.

Cabe salientar que é infração grave dirigir um carro convertido que não esteja devidamente regularizado junto ao Detran. O Código de Trânsito prevê multa de R\$127,69 (120 UFIR's) e perda de cinco pontos no prontuário.

O GNV é em média 60% mais econômico que a gasolina. Isso tanto em relação ao preço na bomba quanto ao rendimento por quilômetro rodado.

PROJETO DE LEI Nº 545/2001
A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º - Fica declarada de Utilidade Pública a Associação dos Inquilinos e Locatários de Maringá e Região Noroeste do Paraná, com sede e foro no município de Maringá.

Art. 2º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, em 22.10.2001.

(a) RICARDO MAIA

JUSTIFICATIVA:

A propositura em tela tem por objetivo declarar de Utilidade Pública a Associação dos Inquilinos e Locatários de Maringá e Região Noroeste do Paraná, com sede e foro no município de Maringá, entidade que tem como objetivo principal representar seus associados no setor de locações diversas, inquilinato e outras, propiciando, ao mesmo tempo, alternativas que venham satisfazer às suas necessidades.

A Associação é uma entidade sem fins lucrativos, fundada em 27 de fevereiro de 1987, que realiza com sucesso, trabalhos inerentes às finalidades de sua criação.

Sendo assim, esperamos contar com o apoio dos nobres pares para a aprovação da presente proposição.

O SR. PRESIDENTE (Elio Rusch)

Não há oradores inscritos no Pequeno Expediente.

No Grande Expediente, concedo a palavra ao primeiro orador inscrito, deputado Neivo Beraldin.

O SR. NEIVO BERALDIN

Senhor presidente, senhores deputados.

O tema que me move a ocupar esta tribuna hoje, diz respeito mais uma vez ao desastroso governo, em relação à dívida pública.

Quatro de maio de 2000, sem sombra de dúvida, foi o dia mais triste do governo Jaime Lerner. Nessa data foi sancionada pelo presidente da República, a Lei Complementar nº 101/2000, Lei de Responsabilidade Fiscal. Reafirmo que foi o dia mais triste, porque com a lei ficou estabelecido, entre outras coisas, o limite da dívida pública dos Estados, e 1,7 x a sua receita corrente líquida, dos últimos doze meses. Ficou estabelecido ainda que os Estados - com a dívida pública acima do limite e o Paraná ainda se inclui nesta lista - deveriam fazer a recondução dos valores, para o limite legal.

Ora, se praticamente faltavam sete meses para acabar o ano de 2000 quando da sanção da lei que já vinha sendo discutida há um bom tempo, não se tratava de nenhuma novidade. Por que, então, o governo do Paraná não se preparou ou não preparou um plano, para buscar o enquadramento na Lei de Responsabilidade Fiscal? Porque para esse governo é mais fácil descaracterizar os números, confundir conceitos, mascarar resultados, realizar conchavos, do que realmente reconduzir a dívida pública ao patamar legal. Isso deveria ter sido feito, conforme o artigo 31 da referida lei, que dispõe: se a dívida consolidada entre a Federação ultrapassar o respectivo limite de um quadrimestre, deverá ela ser reconduzida até o término do terceiro trimestre - reduzir o excedente, pelo menos em 25% de cada quadrimestre. Isso significa dizer que o governo deveria ter pago em torno de oitocentos milhões de reais, a cada quatro meses. Em 2001 não o fez. Ao contrário, senhores deputados, o governo utilizou toda a sua capacidade para mascarar resultados, na tentativa de confundir esta Casa, como passo a provar a seguir:

O artigo 29 da Lei de Responsabilidade Fiscal define: só existe a partir de agora como conceito de dívida pública a dívida consolidada fundada e a dívida mobiliária, explicando no seu artigo 29, inciso 5º, parágrafo 3º, que também interam a dívida pública, a consolidada e as operações de crédito de prazo inferior a 12 meses, cujas receitas tenha constado no orçamento, ou seja, tudo que constava da antiga dívida flutuante. Por isso, pela lei deixou de existir o conceito de dívida flutuante que passou a integrar a dívida consolidada, como já citamos justamente os precatórios que não foram pagos no exercício.

Mas para um governo que acredita estar acima da lei, os precatórios não pagos que faziam parte da dívida flutuante do governo, que em 31 de dezembro de 2000 somavam 2,8 bilhões de reais, simplesmente não foram

considerados como dívida consolidada como manda a lei no seu artigo 30, parágrafo 7º.

Os precatórios judiciais não pagos durante a execução do orçamento em que houverem sido incluídas, integram a dívida consolidada para fins de aplicação dos limites.

Concluindo, o governo já iniciou exercício financeiro de 2001 com saldo da dívida pública acima do limite estabelecido pela Lei de Responsabilidade Fiscal. Pelos números apresentados e pelo próprio governo, o limite da dívida pública no início de 2001, era de 9,7 bilhões de reais. No entanto, o saldo era de 12,1 bilhões de reais, ou seja, a dívida do Estado, em 1º de janeiro de 2001, era de 2 bilhões e 400 milhões de reais acima do limite legal (documentos anexo 5 e 8).

A Lei de Responsabilidade Fiscal determina uma série de medidas que os governos devem tomar para recondução da dívida aos limites. Mas o governo até agora não cumpriu nenhum deles, ocupando-se em apresentar números para cada situação, somente para confundir os órgãos fiscalizadores e, por conseguinte, a sociedade.

Pela análise da execução orçamentária do governo estadual até o segundo quadrimestre de 2001 nós podemos concluir que a má gestão nas contas públicas do Governo Jaime Lerner já começaram no orçamento. Tanto as receitas como as despesas foram superestimadas, o que demonstra uma expressão de desejo que o governo tem consciência que ambas não vão acontecer.

Enfim, trata-se de uma fantasia desconexa da realidade, ou seja, este governo não tem mesmo os pés no chão. Com referência ao orçamento, às receitas e despesas, iremos nos pronunciar em outras oportunidades.

Assevero aos senhores deputados que, para o exercício de 2002, cuja proposta orçamentária se encontra nesta Casa de Leis, essas aberrações não passarão impunes ao meu crivo como cumpridor do compromisso parlamentar.

Essa mania de artificialmente inflacionar as propostas orçamentárias, vem levando o Governo a um desrespeito à busca de recursos alienando bens do Estado. Com isso, infelizmente ele já conseguiu o seguinte: reduzir a participação acionária na Copel em 111 bilhões de ações, saindo de 196 bilhões, para a posição atual de 85 bilhões de ações.

Na Sanepar, o Governo possuía 99,71% das ações do capital votante. Hoje, ele possui 60%.

Com o Banestado o Governo Jaime Lerner mostrou como destruir o patrimônio público.

Imaginem, senhor presidente e senhores deputados, investiu mais de 4 bilhões de reais para sanear o Banco, e está a dívida a ser paga pelo povo do Paraná. Dívida com juros e correção monetária para 30 anos!

E agora, desesperado e até obsessivamente quer se desfazer, ou melhor, quer criar um cenário do qual até agora nós estamos assistindo que é a questão da Copel.

No entanto, esse Governo esconde os verdadeiros motivos da venda da Copel. Alega a falta de competitividade para o futuro da empresa.

Bem, como necessidade de compromisso, etc...

Senhores deputados, senhor Waldyr Pugliesi, eu demandei aqui alguns dias de estudos com assessores para receber a atenção dos deputados. Agora, a eterna brincadeira pode continuar, mas não sei até quando. Realmente fico desmotivado e triste de ver.

Excelência, toda vez que subo à tribuna, tenho que prestar atenção no deputado Waldyr, porque ele fica tentando desmerecer. Acho que não é isso, porque estou trazendo números, dados, estudos.

Sinceramente, vou dar como lido o pronunciamento.

Vou dizer ao deputado Waldyr Pugliesi que preste atenção nesse mapa que revela que o Orçamento do Estado, que V. Exa. ajudou a aprovar, foi de 12 bilhões e 249 milhões, e que nos dois primeiros trimestres o Governo realizou 5 bilhões e 600 milhões.

Portanto, ele realizou 43% do que foi orçado e votado aqui pela Casa, e que o Governo Jaime Lerner para o 3º trimestre precisa para cumprir os 12 bilhões 249 milhões, 56%. Nos 2 primeiros trimestres ele gastou 43%; arrecadou 5 bilhões e 600 milhões.

Agora ele diz que a dívida é 7 bilhões, sendo que a dívida conforme está aqui, é de 12 bilhões e 105 milhões de reais.

Concedo aparte ao deputado Caíto Quintana, para que eu possa me reorganizar.

O Sr. Caíto Quintana

Deputado Neivo, iria sugerir a V. Exa., porque acho profundamente importante o seu pronunciamento feito sobre essa avaliação da dívida. V. Exa. ia dar como lido o discurso. Eu iria lhe sugerir que xerocasse esses mapas, esse dados para que nós com eles em mãos, numa Sessão inclusive com mais pessoas, V. Exa. retomasse. Porque há uma dificuldade, deputado Neivo.

Quero lhe ajudar, porque reconheço que é um trabalho hercúleo que V. Exa. tem feito a respeito de uma radiografia do Estado do Paraná. E é muito difícil de fazer.

É muito mais fácil subir à tribuna e fazer um discurso que esteja acontecendo, político no momento, inclusive desperta mais discussões, talvez porque V. Exa. tem um estudo e os demais parlamentares não o tem. É difícil participar, questionar até, para quem não tem os dados.

Então, se V. Exa. fizer uma cópia e distribuir, eu me proponho, tendo esse estudo, a alimentar a discussão para que possamos entender realmente isso que é, sem dúvida alguma, um dos estudos mais bem feitos sobre o perfil do nosso Estado, no dia de hoje.

E lhe digo uma coisa, esses dados que V. Exa. tem trazido aqui mostram que, a venda da Copel pelo preço que está estabelecido, não é suficiente para poder gerar

um equilíbrio financeiro do Estado do Paraná. E que os próximos governantes do Estado terão uma dificuldade muito grande de restabelecer uma perspectiva de que o Estado seja economicamente equilibrado.

Mas V. Exa. saiba, e não entenda como desconsideração dos seus colegas, orçamento, balanço, números de dívidas que são aprofundados e discutidos com índices tudo, é difícil de alguém entrar na discussão, porque ele não tendo em mãos esses dados, tem dificuldades até para questionamento.

V. Exa., concluindo o seu tempo no dia de hoje, deveria acatar a sugestão e tirar uma cópia do gráfico, pelo menos desses dados, e passar aos deputados, porque aqueles que estiverem interessados, estarão com mais condições de poder acompanhar o seu posicionamento na tribuna.

Há dias até tinha pensado em fazer pessoalmente, mas quero aqui neste aparte, sugerir publicamente que V. Exa. sintetize esses dados que tem em mãos, compilando de uma forma mais fácil de assimilar, para o povo do nosso Estado, e publique, deputado Neivo, publique um livro explicativo para que o povo do Paraná, as entidades do Paraná possam saber como se encontra verdadeiramente o nosso Estado, porque muita gente desconhece.

O SR. NEIVO BERARDIN

Deputado Caíto Quintana, qual é a função dos deputados? A primeira delas é de fiscalizar o Executivo! E não pode dizer que está fiscalizando se não conhece os números, se não conhece o orçamento! Então, esse é o assunto mais importante de todos os assuntos que possa ter aqui.

Outras despesas correntes: O Governo destinou 4 bilhões, 664 milhões de reais, realizou 1 bilhão e 330 milhões de reais. O que são outras despesas correntes? É impossível localizar o que é, outras despesas correntes!

Investimentos nos dois primeiros trimestres: ele estava prevendo um bilhão e 118 milhões; realizou 21%. Eu digo isso e não vou me alongar, até porque o Governo veio aqui e apresentou uma dívida de 7 bilhões e 980 milhões e nós engolimos isso! Veio aqui o Governo, esteve aqui o senhor Salomão, e nos passou esse chapéu, sendo que os documentos são outros, Governo do Estado do Paraná, Secretaria da Fazenda. Os números estão aqui!

Eu não consigo mais, sinceramente tenho me dedicado a esse assunto, logo que recebi as prestações de contas do Governo, repassadas ao presidente Hermas Brandão, visto que antes não tínhamos acesso. Eu não consigo entender um mandato parlamentar senão esse! Não consigo entender, e aí vai a minha decepção, todas às vezes que eu tento ocupar a tribuna para apresentar um trabalho, não se encontra aquela mesma receptividade que se deveria encontrar, quando se faz um discurso inflamado! Ao discurso inflamado se dá atenção; um discurso com dados não tem atenção!

Nós vamos agora aprovar o orçamento do ano que vem. Será que vem de novo um guarda-chuva de 12

bilhões sendo que o Estado sabe que não realiza 12 bilhões? E no momento que ele prevê 12 bilhões o Governo se prepara inteiro para 12 bilhões! A Saúde espera dinheiro, a Educação espera dinheiro, a Segurança espera dinheiro! Se ele realizou 4 bilhões e 400 milhões de folha de pagamento dos dois primeiros bimestres, como agora, com 900 milhões, ele vai poder pagar folha e 13º? Se a receita foi de 5 bilhões e 600, então ela será 7 bilhões e meio! Se ele não vender a Copel como é que ele vai poder pagar o serviço da folha com mais uma folha que é o 13º? É só acompanhar o histórico, a evolução do Governo, que nós vamos detectar esse desvio de conduta e vamos verificar, com clareza, que a todo custo o Governo tem que vender a Copel, porque se não vender, vai passar o final de ano com o talão de cheque cortado pelo Governo Federal! Não terá mais certidão, não cumpriu a Lei de Responsabilidade Fiscal, não foi eficiente na sua administração!

Agora isso tem que ser debatido, tem que ser discutido, eu acho que o Governo tem que estar, permanentemente, dando explicação à Assembléia Legislativa! Permanentemente dando explicação porque fez isso, porque não fez aquilo. Como é que ele lança em: outras despesas, quer dizer, não dá para dizer que é um caixa 2; é uma despesa secundária, é uma rubrica secundária 4 bilhões de reais e realiza 1 bilhão e 300 milhões de reais, nessa conta?

Como é que o Secretário não vem e explica onde é que esse 1 bilhão e trezentos mil reais, foi, numa terceira conta ou numa conta que leva o nome, naturalmente não leva o nome de caixa dois, mas é uma conta que se paga o que quiser naquela conta. Naquela conta genérica tem 4 bilhões e 600 milhões de orçamento; já gastaram 1 bilhão e 300 milhões!

Agora, está aqui o que se gastou em folha de pagamento, está aqui quanto se gastou em saúde, quanto se gastou na educação e está aqui também a conta genérica.

Era isso que eu gostaria de dizer, na tarde de hoje, dizendo que não desanimo.

Voltarei num outra oportunidade, na tribuna do lado de lá, para fazer um pronunciamento, dando números baseados, ainda em documentos oficiais.

O SR. PRESIDENTE (Elio Rusch)

Encerrado o Horário do Pequeno Expediente, passamos ao Horário das Lideranças.

PL, PST, PSL.

(Declinam)

PDT. Deputado Luiz Carlos Zuk.

O SR. LUIZ CARLOS ZUK

Senhor presidente, senhoras e senhores deputados.

A Gazeta do Povo, no último domingo, dia 21, traz uma projeção das eleições de 2002, uma pesquisa realizada pelo IBOPE, entre os dias 11 e 17 de outubro.

Na sua chamada, Álvaro Dias lidera as intenções de voto ao governo do nosso Estado. Álvaro Dias 37%,

Roberto Requião 23%, Ângelo Vanhoni 10%, Rafael Greca 3%, Rubens Bueno 3%, Beto Richa 2% Brancos e nulos 11, e, não sabem, 12%.

Aqui demonstra, senhor presidente e senhores deputados, a vontade do povo do Paraná em realmente mudar a situação em que se encontra o nosso Estado.

Situação de difícil entendimento, quando, nesta tribuna, antes da nossa fala, veio o deputado Neivo Beraldin com dados estatísticos e com números que não podem ser desmentidos da dívida e do orçamento do nosso Estado, números esses que realmente apontam a inverdade dos números apresentados por parte do Palácio Iguaçu, com referência à dívida e o orçamento do nosso Paraná.

Mas o que me traz, também, senhor presidente, além de Álvaro Dias liderar as intenções de voto para o governo, é que Pimentel, bem colocado para o Senado, e aqui quero cumprimentar o ilustre deputado Tony Garcia, que aparece nesta pesquisa de votos, com 16 por cento, enquanto S. Exa. o governador Jaime Lerner, com instrumental que tem, aparece com 17%. E quero cumprimentar também o nosso colega Ângelo Vanhoni, que tem 14% das intenções de voto para o Senado da República.

Isso demonstra, senhor presidente, que o governador com a mídia, com a caneta na mão e com a intenção de ser senador desta República, tecnicamente empata com o nosso deputado Tony Garcia, que não é governador mas que tem uma presença brilhante nesta Casa e faz com que os dois empatem na preferência de votos neste Paraná!

Tony Garcia, sem mídia, sem condições de ter o apontamento a este ou aquele município ou a este ou àquele apadrinhado, bem como Ângelo Vanhoni, empatam com o homem que dirige o nosso Estado, e aí mostra que realmente alguma coisa anda errada. Se o governador tivesse, nessa demonstração espontânea da pesquisa do Ibope, uma posição na qual aquela transparência que querem fazer do governo do Estado, que não existe, ele estaria, alguns patamares superiores aos dois ilustres colegas desta Casa.

Com a saída de Jaime Lerner, não disputando o Senado, e a substituição de Rafael Greca, o secretário alcança tão somente 45% da intenção de votos, por incrível que pareça, as intenções de votos que iriam para Lerner, migram para Roberto Requião que sobe de 22 para 26% na preferência colocada através da pesquisa do Ibope.

A divisão das preferências do eleitorado obedece à escolaridade, idade e região do Paraná.

A maioria do eleitorado do Requião é jovem, com idade de 16 a 24 anos e tem renda familiar de até um salário-mínimo.

Dos entrevistados que votariam em Osmar Dias, 25% ganham de cinco a dez salários-mínimos. Jaime Lerner tem 25% no Sudoeste do Paraná e 11% em Curitiba.

Paulo Pimentel é preferido pelo sexo feminino e por eleitores com mais e 50 anos de idade e nível superior. Dos entrevistados que votam em Vanhoni, a maioria

tem nível superior. Os votos do ilustre deputado Tony Garcia, estão concentrados na região metropolitana 15% e os de Rafael Greca, entre os de maior grau de escolaridade, 6% e com renda mensal e cinco a dez salários-mínimos.

Aqui demonstra, encerrando, que o governador Jaime Lerner está realmente na situação que está estampada nessa pesquisa, ou seja, com ilustres deputados desta Casa que não têm em mãos aquilo que ele desfruta e ele precisa, urgentemente, mudar o seu comportamento para ter, pelo menos, condição de disputa para ganhar do Ângelo Vanhoni e do Tony Garcia, porque senão ele perde para os nossos ilustres companheiros!

Obrigado.

O SR. NELSON TURECK (Pela Ordem)

Registro a presença do chefe do Núcleo da Secretaria da Agricultura de Campo Mourão e do chefe do Núcleo da Educação da região de Goioerê, companheiro Zé, e o diretor da Tribuna do Interior, de Goioerê, companheiro Ari.

O SR. PRESIDENTE (Elio Rusch)

No Horário da PPS, concedo a palavra ao senhor deputado Marcos Isfer.

O SR. MARCOS ISFER

Senhor presidente, senhoras e senhores deputados.

O primeiro assunto que me traz a esta tribuna é comunicar à Casa que, como esta Casa não aceitou fazer, através da sua Comissão Executiva uma ação para investigar o Tradener, o Sindicato dos Engenheiros do Paraná ingressou com uma ação nesse sentido, além de uma ação pública que já existe, e esta nova ação visa impedir que o leilão do dia 31 possa ser realizado para a venda da Copel. É muito importante que isto fique claro, porque o papel que esta Casa deveria estar cumprindo, não cumpre! Ele é cumprido através das organizações civis organizadas.

Outro assunto que me traz a essa tribuna é com relação ao nosso litoral. Esse litoral abandonado durante todo esse governo. Inúmeras ações prometidas e nenhuma das ações realizadas. Recentemente tivemos o problema do navio da Petrobrás que sofre um acidente e, novamente vem prejudicar o nosso litoral. São milhares de pescadores de Antonina, Paranaguá, Quaraqueçaba, que ficam sem condições de poder praticar a sua pesca e tirar o seu meio de vida.

É o quarto acidente ecológico que a Petrobrás pratica contra o litoral do Paraná. E o mínimo que a Petrobrás poderia fazer neste momento, seria uma divulgação do nosso litoral. Estão aí as férias de verão. Temos notado uma tendência cada vez maior da elite paranaense de ir para o litoral catarinense.

Está aí a ressaca de Matinhos, já ocorrida há vários meses e nenhuma ação por parte do governo. Está aí a rodovia PR-412 que dá acesso desde Guaratuba até Pontal do Paraná, totalmente abandonada, esburacada.

É importante que a Petrobrás, neste momento, dê uma satisfação ao povo paranaense, fazendo a boa divulgação do litoral paranaense, porque só prejudicou o litoral paranaense; só trouxe problemas para o litoral paranaense.

Além do problema da estrada, da falta de atenção do governo, temos ainda a ação ecologicamente predatória da Petrobrás, com relação ao nosso litoral.

Gostaria de alertar que, além desses problemas, há problemas que o governo do Estado poderia dar uma resposta rápida: o problema de segurança.

Tivemos neste final de semana o falecimento do proprietário de um supermercado em Pontal do Paraná, que foi assaltado à mão armada. É a quarta morte por assalto à mão armada. o roubo de veículos! Tudo isso acontecendo no nosso litoral! É preciso uma atenção da Secretaria de Segurança Pública do Estado que não tem dado atenção, sei, a nenhuma região, mas que dê um pouco mais de atenção ao litoral do Paraná.

Ainda uma outra providência que esta Casa pode adotar que é fazer com que o currículo escolar do ano que se inicia comece a partir do dia 1º de março, numa reavaliação de todas as associações comerciais do litoral.

Concedo um aparte ao deputado Algaci Tulio.

O Sr. Algaci Tulio

Obrigado pelo aparte.

Quero cumprimentá-lo pelo seu pronunciamento em defesa do nosso tão abandonado, tão pequeno e tão pouco atendido litoral.

Agora mais uma vez, como já disse V. Exa. esse acidente com o navio da Petrobrás. Na quinta-feira este parlamentar e o deputado Neivo Beraldin estivemos em Paranaguá, acompanhando as informações dadas pela Superintendência e pela Presidência da Petrobrás. Pudemos verificar que, lamentavelmente, mais uma vez, a Petrobrás provoca um acidente grave no Estado do Paraná, muito embora tente-se minimizar a gravidade. A princípio, a informação de quase cinco milhões de litros de nafta. Depois a Petrobrás vem com pouco mais de 392 (trezentos e noventa e dois) litros de nafta que foi jogado na Baía de Paranaguá. Fosse somente essa quantidade dita anteriormente, certamente não haveria tanta preocupação como está acontecendo agora, em relação a mexer no navio que está lá, ainda à deriva, está lá ainda encailhado, ao sair praticamente do leito, do canal, e consequentemente provocar um acidente.

Mas, o que queria trazer aqui é a informação, deputado Marcos Isfer, de que a Petrobrás, de repente se achou dona da situação, e de sábado para cá não estava dando satisfações ao IAP; ao IBAMA; à Defesa Civil e a ninguém, tomando as providências à sua vontade, ao seu bel-prazer, sem dar resposta inclusive à Capitania dos Portos, razão pela qual, fez bem a defesa civil do Paraná e os órgãos do Governo do Estado, em impedir qualquer ação, enquanto não fosse repassado aos técnicos desses órgãos que tipo de operação seria levado a efeito naquele

momento. Que, se fosse uma operação em que só a Petrobrás tivesse conhecimento, poderíamos ter um novo acidente e aí, a quem caberia a responsabilidade? Onde é que estavam os órgãos do Governo do Estado e do Governo Federal?

Razão pela qual, somente às 02h00 da madrugada de sábado para domingo, é que se procedeu, o início da retirada do óleo do navio, para depois então, agora, nesta quinta-feira, se iniciar uma operação que levará dois dias ainda para ser completada, em função do risco que ela apresenta.

Agora, o que é pior de tudo isso, é que Paranaguá sofre com mais um acidente; o comércio da cidade praticamente parou. o que cresceu, na verdade, foi a hotelaria. Não há vaga para se hospedar em Paranaguá, nem na pensão da Rua do Pêssego, conhecida lá em Paranaguá; não tem mais vaga em lugar nenhum, porque técnicos da Petrobrás, técnicos de várias empresas estão em Paranaguá nesses dias.

Mas, por outro lado, o funcionários de sindicatos, sindicalista lá do Porto, que presta esse ou aquele tipo de trabalho, está sem serviço, porque o porto parou de quinta-feira até ontem, por volta do meio-dia. Somente do meio-dia em diante de ontem, é que se liberou parte do trabalho do porto.

Então, a economia de Paranaguá sofre. Fazia eu contato com o ex-deputado Fregonese, que me informava: um milhão por dia é o prejuízo; 300 para o porto e 700 para as empresas privadas que operam o Porto de Paranaguá. Tudo por quê? Por mais um acidente da Petrobrás!

E nesta Casa, é bom lembrar, há uma CPI que trata da questão do Rio Iguaçu, que envolve direta ou indiretamente a Petrobrás. Seria necessário que essa CPI também se aprofundasse na cobrança de ações em cima da Petrobrás. Que essa multa que o Governo do Estado certamente vai aplicar, (não só o Governo do Estado, mas as empresas que operam o Porto de Paranaguá que estão sofrendo neste momento) que aquilo que é do Estado se reverta. Quem sabe agora seja o grande momento.

Vossa Excelência traz essa proposta, que endosso também. Seja o grande momento de recuperação do nosso litoral, em cima, infelizmente, dessa desgraça que a Petrobrás faz acontecer, mais uma vez, no nosso litoral.

Muito obrigado.

O SR. MARCOS ISFER

Agradeço o aparte do deputado Algaci Tulio. É verdade o que passa o nosso litoral abandonado. Neste momento em que há condições efetivas de o Governo do Estado agir, parece-me que muito mais passaram de helicóptero por sobre o Porto, do que qualquer ação foi praticada.

O Sr. Cezar Silvestri

Permite um aparte, deputado?

(Assentimento)

Deputado Marcos Isfer, sou engenheiro civil de formação; conheço a história da Petrobrás.

Começa-se a estranhar, praticamente todos os meses a Petrobrás tem participado do noticiário nacional com notícias de agressões ao meio ambiente. É de estranhar que uma empresa que tem a tecnologia que a Petrobrás tem, que tem um corpo técnico que a Petrobrás tem, que se envolva em tantos acidentes.

A impressão que nos dá (discuti agora com o deputado Zuk aqui), é que claramente, parece que está orquestrando um problema de desmoralização para que seja viabilizada a privatização da Petrobrás, porque isso não acontecia, a história da Petrobrás não permite que ela se envolva em tantos acidentes, inclusive acidentes banais como temos visto nos últimos meses, em todos os Estados da Federação. Somente no Paraná, temos a notícia de três acidentes graves, nos últimos oito meses.

E também peço aparte, deputado Marcos Isfer, porque V. Exa. foi o primeiro deputado a levantar um assunto de elevada gravidade. Na verdade, fazer uma denúncia nesta Casa, que infelizmente não teve a repercussão devida naquele momento, que é com relação à Tradener.

Hoje, pela manhã, nós tivemos a visita do fórum contra a venda da Copel aqui nesta Casa, onde fomos recebidos pelo presidente Hermas Brandão, e o presidente do sindicato dos Engenheiros do Paraná, nos dizia que estava entrando com uma ação no Ministério Público Estadual e no Ministério Público Federal, falando exatamente das denúncias que V. Exa. já levantou há alguns meses, e que eu também tive a oportunidade de ocupar a tribuna por mais de uma vez para levantar essa questão, que é extremamente grave.

Hoje, quando vimos os documentos, todos que estavam na sala da Presidência, diziam que imaginavam algumas aberrações, porque estávamos falando, mas não acreditavam que aquilo fosse verdadeiro.

E eles tiveram acesso, o Sindicato teve acesso ao contrato que V. Exa. já havia denunciado, mas eles estavam com o documento nas mãos. E realmente é estarrecedor o que estamos vendo!

Senhor presidente, uma empresa que foi constituída há 2 anos e meio atrás, com capital social de dez mil reais, um ano depois, aumentava o seu capital para um milhão e trezentos mil reais, depois esse aumento chegava a dez milhões e uma multa que foi criada agora, que se a Copel paralisar as atividades com essa empresa, que foi criada com capital social de dez mil reais, ela terá que pagar vinte milhões de reais, pela rescisão do contrato!

E até porque, as pessoas que estão envolvidas, são pessoas apadrinhadas do governo! É extremamente grave.

Todas as ações de venda de energia ou de compra de energia, para os próximos dez anos, a Copel terá de pagar 2% de comissão! Esse é o "negócio da china", na verdade, como se diz na gíria. É o maior negócio, o

melhor negócio feito na história contemporânea do mundo! Não é do Brasil, é do mundo!

Nunca uma empresa foi tão favorecida! E isso está passando de forma ilesa. Nós não podemos, o Poder Legislativo tem o dever de investigar isso a fundo, ou através de uma CPI, ou através de uma Comissão, enfim, não podemos mais deixar que isso passe em branco. Acho que o Sindicato dos Engenheiros dá o primeiro passo, e cabe uma ação muito enérgica por parte da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná.

O SR. MARCOS ISFER

Agradeço o aparte, deputado Cezar Silvestri e daqui da tribuna, gostaria de solicitar ao senhor presidente, que tendo em vista essa documentação que o Sindicato dos Engenheiros do Estado do Paraná já encaminhou a esta Casa, nós pudéssemos constituir uma Comissão Especial de Investigação, a respeito desse assunto.

Esse requerimento será apresentado por escrito à Mesa agora. Gostaria de contar inclusive com o apoio da Bancada Governista, para nós não vermos ocorrer o que se deu na semana passada, quando essa proposição, que primeiro era feita, e acabou não surtindo os seus efeitos.

Então, estamos aí, em alguns momentos, sendo substituídos pela sociedade civil organizada.

Da mesma forma, quero pedir ao deputado Tony Garcia, que apresentou um projeto para a modificação da data do início das aulas, da extensão do currículo escolar, este ano, que foi derrotado, que nós possamos reapresentar para o ano que vem, com assinatura de todos os deputados desta Casa, uma solicitação, uma determinação ao Governo do Estado, para que o no letivo de 2002 só se inicie a partir de 1º de março, e com isso possa se dar uma sobrevida ao nosso litoral paranaense.

O SR. PRESIDENTE (Elio Rusch)

Liderança da Oposição, deputado Waldyr Pugliesi.

O SR. WALDYR PUGLIESI

O Horário das Oposições, será ocupado pelo deputado Orlando Pessuti.

Antes disso, só para repercutir concretamente aquilo que o deputado Cezar Silvestri anunciou e também o deputado que estava na tribuna, Marcos Isfer, também afiançou, afirmou.

O Sindicato dos Engenheiros do Estado do Paraná, a Senge-PR, através do seu diretor-presidente infra-assinado, vem perante V. Exa. apresentar denúncia dos vícios insanáveis que maculam o processo de desestatização da Copel e suas subsidiárias integrais, requerendo providências a fim de suspender o leilão público que objetiva alienar o controle acionário da Copel, o qual está marcado para o próximo dia trinta e um”.

“Para tanto”, diz o Sindicato dos Engenheiros no Estado do Paraná, “estamos encaminhando cópia da denúncia feita perante o Ministério Público Estadual do

Paraná, Tribunal de Contas do Estado e Ministério Público Federal.

Portanto, ratificam-se todos os fatos já narrados aos órgãos acima anunciados, apresentando também à Assembléia Legislativa do Paraná a denúncia anexa para providências que entender cabíveis.

Esse é o documento que o Sindicato dos Engenheiros no Estado do Paraná, encaminhou a vários lugares, como à Assembléia Legislativa, ao Ministério Público Federal, ao Tribunal de Contas e ao Ministério Público Estadual do Paraná, requerendo providências.

O SR. PRESIDENTE (Elio Rusch)

No Horário das Oposições, com a palavra o deputado Orlando Pessuti.

O SR. ORLANDO PESSUTI

Senhor presidente e senhores deputados.

Eu começo por onde o deputado Waldyr Pugliesi encerrou a sua questão de ordem ou de esclarecimento a este Plenário.

O presidente Hermas Brandão, digo, deputado Elio Rusch, assumiu um compromisso de que no prazo de no máximo quarenta e oito horas, ele haverá, como presidente desta Casa, evidentemente ouvindo os demais integrantes da Mesa Diretora, de adotar um posicionamento acerca dessas denúncias gravíssimas que estão sendo trazidas não só ao Poder Legislativo do Paraná, mas que também foram levadas ao Ministério Público Federal, à Justiça Federal, ao Ministério Público Estadual e à Justiça do nosso Estado.

Essa questão envolvendo a comercialização de energia, já trazida a conhecimento deste Plenário pelos eminentes deputados Marcos Isfer e Cezar Silvestri em outras oportunidades, ocasião em que esta Casa rejeitou a proposta dos deputados Isfer e Silvestri, de que se constituísse uma Comissão Especial para investigar todas essas denúncias, e naquele momento a Assembléia Legislativa, abrindo mão de suas prerrogativas, decidiu se calar através de uma maioria de deputados desta Casa, decidiu se calar e não cumprir o seu papel de investigar esta que, sem sombra de dúvidas, pode ser uma das maiores maracutaia que está se armando através de ações indevidas de pessoas que atuam dentro da Copel, de pessoas que atuam no setor privado e que em determinado momento constituíram a Tradener, e que em determinado momento constituíram a DGW para atuar na comercialização de energia.

Nós vamos, evidentemente, aguardar o posicionamento da Assembléia Legislativa, através da Mesa Diretora, porque é competência, é atribuição, é prerrogativa deste Poder sim, fiscalizar os atos do Poder Executivo, seja da administração direta, da administração indireta, das empresas públicas, enfim de tudo aquilo que envolve dinheiro público neste Estado.

E a ação que está se avistando, fruto de tudo isso que aconteceu na montagem dessa Tradener, dessa DGW,

do envolvimento da Tradener, DGW, antigamente, se não me falha a memória, Logus Engenharia, tudo isso terá que ser, por esta Assembléia Legislativa, esclarecido, porque é obrigação nossa averiguar os atos do Poder Executivo. E tudo isso, e alguns outros assuntos foram levados hoje ao presidente da Assembléia, Hermas Brandão, pelo fórum popular contra a venda da Copel.

Diversas entidades fizeram-se presentes. Os deputados Marcos Isfer, Silvestri, Zuk, Ademir Bier e este parlamentar, lá estávamos também na companhia do deputado José Maria Ferreira, para juntos levarmos ao presidente um apelo derradeiro para que ele possa interpretar, como nós estamos interpretando, como outros juristas têm interpretado o nosso Regimento da Casa, e coloque para discussão e votação neste plenário os dois projetos que estão aí na eminência de serem votados por esta Casa, mas só não são porque o presidente tem tido um entendimento do Regimento Interno desta Casa diferente daquele que nós e uma parcela significativa de deputados temos.

Os projetos que determinam a realização de um plebiscito, onde a população será consultada para saber se quer ou não a privatização da Copel, projeto este proposto anteriormente pelo deputado José Maria Ferreira, e hoje proposto por mais de duas dezenas de deputados estaduais.

O projeto, inicialmente proposto pelos deputados Isfer, e Silvestri, que permite a venda apenas da distribuição mantendo na mão do Poder Público a geração e a transmissão, também este projeto, outrora deles e que foi por vontade deles, os autores, arquivado, hoje este projeto, também firmado por mais de duas dezenas, pode e deve ser trazido a Plenário para deliberação, porque o entendimento que tem o presidente de que carece de 28 assinaturas para que qualquer um desses projetos possa tramitar, é um entendimento que ele tem, mas do qual nós discordamos, porque ambos os projetos não foram arquivados por este Plenário, ambos projetos não tiveram deliberação deste Plenário, não foram aprovados e muito menos rejeitados, não foram sequer discutidos, porque na Ordem do Dia sequer foram incluídos. Então, eles podem, sim, serem trazidos à deliberação do Plenário sem que para...

(ausência do som)

....assinatura e a proposição de 28 deputados.

Como diz o presidente: "eu tenho o meu entendimento do Regimento e V. Exa. tem o entendimento diverso". Agora, não podemos esperar 20, 30, 60 dias para que uma dúvida regimental seja dirimida! Nós precisamos que isso seja dirimido nos próximos dias, nas próximas horas, para que esse assunto tenha uma resolução definitiva.

E fomos além desta denúncia proposta pelo Sindicato dos Engenheiros do Paraná, além deste apelo, para que os projetos do deputado José Maria e outros, os projetos dos deputados Isfer, Silvestri e outros, sejam colocados no plenário, nós fomos mais uma vez fazer um

apelo ao presidente da Assembléia Legislativa para que ele, como um dos integrantes da Bancada Pessedebista desta Casa, possa, na Assembléia Legislativa, adotar a postura que o Partido tem proposto aqui para o Estado do Paraná, através das Lideranças mais expressivas, permitam-me os demais assim considerar, as lideranças mais expressivas de José Richa e Euclides Scalco que têm dito, não agora quando o PSDB deixou de permanecer nas mãos do Álvaro Dias, mas lá atrás, 3, 4, 5, 6 meses atrás, quem sabe até um ano quando li entrevistas em jornais o José Richa dizendo que era contra a privatização da Copel, que concordava talvez, apenas com a privatização da distribuição.

O próprio presidente Hermas Brandão, em entrevistas concedidas em diversas oportunidades, manifestou-se contrário à privatização da geração, dizendo que achava mais prudente privatizar apenas a distribuição.

O eminente presidente da Itaipu, ex-deputado Federal Euclides Scalco, em notícias, em entrevistas fartamente divulgadas, tem insistido que não é o momento oportuno, que não é um ato inteligente vender a Copel neste instante, que não deveríamos vender a geração nem a transmissão.

Então é o posicionamento das principais lideranças do PSDB, se os deputados do PSDB, nesta Casa, se somassem a nós, se os deputados Sérgio Spada, Tiago Amorim e Chico Noroeste, que no memorável dia 20 de agosto, perfilaram conosco, aqui em favor do projeto de iniciativa popular contra a venda da Copel, se eles, agora somados ao deputado Ricardo Chab, que passou a integrar a bancada do PMDB, assinarem essa proposta de plebiscito ou essa proposta de que só possamos privatizar a distribuição, estaremos percorrendo o caminho que percorremos até há alguns dias atrás e percorrendo os caminhos que são sugeridos pelos principais líderes do PSDB.

Concedo um aparte ao deputado Neivo Beraldin, pedindo a compreensão do presidente Elio Rusch, para nos conceder, pelo menos, mais um minuto.

O Sr. Neivo Beraldin

Estamos esperando que o discurso do novo PSDB se transforme em ato e fato. Os líderes do novo PSDB.

Precisamos da adesão de alguns deputados que fazem parte do PSDB, para saber se esses novos líderes, esse novo comando têm ou não influência do PSDB. Precisamos de três ou quatro assinaturas, que o Richa, o Scalco, tragam algum deputado, para que venha somar-se conosco, nessa luta, nessa batalha. Não adianta sairmos apenas no rádio e na televisão, dizendo que, agora o partido tem uma postura contra a venda da Copel. Precisamos de voto e de assinaturas.

E olhem, não demora muito, se agora que já temos no lado de cá, o deputado Ricardo Chab, se vier mais o Tureck, ele agora é tucano! Se tiver uma conclamação efetiva do Richa, Scalco, vamos trabalhar e assinar esse negócio, aí conseguiremos reverter esse quadro, que é desesperador, para aqueles que têm amor ao Paraná, ver a

nossa Copel indo embora na mão de um grupo americano. Uma empresa em que, se colocarmos só o seu lucro no Paranáprevidência, já teríamos a Previdência de Estado mais forte deste País! Só o lucro da Copel resolve o problema do Paranáprevidência!

Então, por que entregar a geração, a produção, as nossas águas e os nossos rios?

Que venham os tucanos novos! Que venham aqueles que são agora, recentemente, liderados pelo Beto Richa, pelo José Richa, pelo Scalco! Que venha o Traiano, que está no PSDB!

Vamos votar contra essa venda da Copel!

(Aplausos)

O SR. ORLANDO PESSUTI

Senhor presidente, concluo o meu pronunciamento cumprimentando a postura do deputado Algaci Tulio, que manteve a sua postura de antes da mudança na venda da Copel - da votação da venda da Copel e da mudança dele.

Nós precisamos, para que este parlamento possa ter o respeito que a população nos cobra, que outros parlamentares que estiveram conosco na votação do dia 20 de agosto contra a venda da Copel, que assinem agora este projeto do deputado José Maria Ferreira, instituindo o plebiscito. E o projeto do Silvestri e do Isfer instituindo a permissão, apenas para se vender a distribuição.

E que nós possamos nesta oportunidade, também apresentar uma postura de sentimento paranista em favor da juíza federal, doutora Ivanise, se não me falha a memória.

Estudando ela um processo que foi subscrito em nome do fórum, do deputado Irineu Colombo e pelo vereador André Passos, analisando aquele processo que, segundo informações possui mais de quinhentas laudas, ela ofereceu o seu voto, concedendo liminar, adiando, suspendendo o leilão, porque não cumpriu as exigências estabelecidas na Lei nº 8666, na Constituição Estadual e Federal, que diz respeito à alienação de um bem de interesse público, e nos causou realmente muita estranheza que o juiz federal de plantão em Porto Alegre, doutor Paim, se não me falha a memória, tenha cassado essa liminar, parece-me que num sábado à noite ou num domingo. Quer dizer, a doutora Ivanise fez um estudo, e hoje nós estivemos conversando com o juiz federal aqui de Curitiba e ele disse o seguinte: “Olha, o parecer que a doutora Ivanise deu é um parecer muito apropriado, porque é uma juíza que chegou recentemente ao Paraná, vinda do Rio Grande do Sul; ela não sofreu, com certeza, nenhum tipo de influência dos paranaenses, porque há poucos dias elas estão aqui, mas ela, nesses poucos dias, lendo aquele calhamaço de papel, ofereceu realmente uma peça jurídica das mais qualificadas, porque analisou o processo de forma técnica, sem qualquer paixão política, estranha-me realmente, que num final de semana, sei lá se sábado à noite ou no domingo pela manhã essa liminar tenha sido cassada”

Antes ainda de concluir, senhor presidente, permita-me, já que fiz a citação do deputado Irineu Colombo de conceder-lhe aparte.

O Sr. Irineu Colombo

Deputado Orlando Pessuti, obrigado pelo aparte.

Quero endossar a V. Exa. dizendo o seguinte: a ação feita pelo advogado que atua no gabinete do vereador André Passos, que também está à disposição do fórum pediu na ocasião quando nós conversávamos logo após aquela tumultuada audiência pública, que eu assinasse aquela petição. O advogado Guilherme Amintas já está procedendo recursos junto ao STF, da cassação da liminar, e nós temos uma esperança muito grande porque entra o Ministério Público também, e a juíza, doutora Ivanize Rodrigues, não deu uma liminar qualquer; ela ouviu todas as partes citadas, desde a Aneel, Anatel, Governo Jaime Lerner, Secretários, Secretário da Fazenda, Presidente da Copel e assim por diante, todos foram ouvidos no processo que tinha 30 laudas e hoje passa de 600 laudas! Ela ouviu e praticamente proferiu uma sentença de mérito em tese, mas deu isso no conteúdo tratando-se de uma liminar, mas a ação popular continua sob análise.

Eu estou com uma esperança tremenda, deputado Orlando Pessuti, que a juíza, 4 ou 5 dias antes do leilão dê uma sentença de mérito, e aí nós vamos adiar, sem dia e sem data, o leilão da Copel.

E pode acontecer como aconteceu com a Embraer, se o Ministério Público Federal entrar prá valer nesta questão, nós vamos adiar, quem sabe por mais um ano a venda da Copel.

O Governo evidentemente tem muito a festejar, porque todas as limitares estatisticamente falando, aquelas que foram concedidas contra as privatizações do Vale do Rio Doce e tantas outras, normalmente o governo tem cassado rapidamente, já tem alguma jurisprudência, alguma técnica e alguns escritórios de advogados já de plantão, preparados para isso, que têm algumas alegações que normalmente a justiça cassa rapidamente. Mas, estatisticamente, as decisões de mérito têm sido a nosso favor, e aí o governo tem mais dificuldade.

Então como diz o gaúcho: “não está morto quem peleia”, são otimistas de que a coisa está apenas começando, mais de 60 ações estão na Justiça estadual e federal, mas nós particularmente, acreditamos muito na sensibilidade da Justiça Federal; que tem analisado mais à luz da legislação, do formalismo legal e mais nitidamente o interesse público e menos os interesses do Governo e mais nas alegações subjetivas e de interesse econômico do Governo, como tem sido em tantas outras esferas da Justiça.

Então, nós estamos otimistas e queremos que esta Casa cumpra com a sua tarefa, porque a decisão que levou a juíza a dar essa liminar ao fórum e a nós, baseia-se em lacunas e lacunas, entre elas a lacuna na explicação

da Tradener levantado aqui brilhantemente pelos deputados Marcos Isfer e Cezar Silvestri.

A Tradener é um “chuncho”, um esquema, uma pilantragem que tem que ser identificada e clareada, porque para o governo neste momento, parece-me que, em primeiro lugar, está a privatização da Copel para esconder o roubo; em segundo lugar, para usar dinheiro na campanha; em terceiro, quarto ou quinto lugar, quem sabe, o interesse em resolver o problema da Previdência.

Vamos resolver esse “chuncho” da Tradener, vamos ver nem que seja na Justiça.

O SR. ORLANDO PESSUTI

Deputado Irineu Colombo, agradeço o seu aparte e encerro fazendo uma análise de duas considerações que já ouvi aqui no plenário desta Assembléia, não dos microfones.

Esses dias atrás, quando a gente falava a respeito da Tradener, desta questão da multa estabelecida caso venha a ser desfeito esse contrato dela com a Copel, ou da DGW e que, se não me falha a memória, uma multa superior a 20 milhões de reais, que tem que pagar.

Vamos dizer que amanhã o dono da Copel, lá o americano ou o belga que vai comprar, ele não concorde com esse contrato, então ele o suspende mas tem que pagar 20 milhões!

Falando sobre isso, um deputado diz: “Olha, quem casa com a viúva tem que assumir o risco, o ativo e o passivo da viúva”.

Assume o ativo da boa viúva que arrumou para ser a sua nova companheira, e assume o passivo das dívidas, dos filhos, das encrencas que a viúva tem.

Foi a mesma coisa que me falaram aqui alguns companheiros parlamentares ligados ao Governo, quando nós aqui na Assembléia, através, se não me engano do deputado José Maria e de outros parlamentares, falávamos aqui da questão do passivo ambiental que a Copel tem, por algumas usinas que foram construídas sem o cumprimento por inteiro do relatório de impacto ambiental, dos estudos do impacto ambiental.

Aí alguém disse assim. “Quem comprar que depois resolva esse problema. Casou com a viúva assume o passivo e o ativo da viúva...”

Só que lá na frente para resolver o passivo da Tradener, da DGW, lá na frente para resolver o passivo ambiental que tem a Copel hoje, o que vai acontecer?

Vai certamente aumentar a tarifa e passar isso para o lombo do consumidor! Como fez agora o Governo Federal para socorrer as empresas Light, e outras tantas mais que se viram envolvidas no processo de racionamento de energia, conhecido como apagão.

Então, lamento dizer que nem sempre quem casa com a viúva tem que assumir o passivo. Se nós tivermos condições de resolver as pendências da viúva de forma antecipada sempre é melhor para os dois lados.

O SR. PRESIDENTE (Elio Rusch)

Liderança do Governo.

Encerrado o Horário das Lideranças.

Está encerrada a Hora do Expediente.

Passa-se à

ORDEM DO DIA,

Com a presença de 54 senhores deputados.

Sobre a mesa, Ofício nº 011/2001, subscrito pelos senhores deputados Ricardo Maia e Moysés Leônidas, membros da Liderança do PSB, constante do expediente solicitando que sejam tramitados os Projetos de Lei nºs 489/99, 212/2000 e 225/2000. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Expediente subscrito pelo senhor deputado Renato Gaúcho, na qualidade de presidente da Comissão de Direitos Humanos e da Cidadania, constante do expediente, comunicando que o deputado Custódio da Silva, estará representando esta Comissão no VII Encontro Nacional do Fórum Legislativo de Direitos Humanos, a realizar-se no dia 30 próximo, na Câmara dos deputados em Brasília. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Projeto de lei de autoria do senhor deputado Antonio Carlos Belinati, constante do expediente. Necessita de apoio. **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

Projeto de lei de autoria do senhor deputado Antonio Ricardo Maia, constante do expediente. Necessita de apoio. **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

Projeto de lei de autoria do senhor deputado Antonio Nereu Moura, constante do expediente. Necessita de apoio. **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

Projeto de lei de autoria do senhor deputado Antonio Hidekazu Takayama, constante do expediente. Necessita de apoio. **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

Projeto de lei de autoria do senhor deputado Antonio Geraldo Cartário, constante do expediente. Necessita de apoio. **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

Passaremos à apreciação da matéria constante da Ordem do Dia, conforme avulso distribuído aos senhores deputados.

ITEM 01

3ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 083/99, de autoria do deputado Beto Richa, que assegura o fornecimento gratuito de medicamentos e insumos destinados ao tratamento e controle de diabetes. COM PARECERES FAVORÁVEIS DA CCJ, CSP. EMENDA DE PLENÁRIO COM PARECER FAVORÁVEL DA CCJ. APROVAR NESTE TURNO EMENDA APROVADA EM 2ª DISCUSSÃO.

Emenda - **Aprovada.**

ITEM 02

3ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 429/2001, de autoria do deputado Eli Ghellere, que declara de Utilidade Pública a Associação Santo Inácio de Loyola, da cidade de Serranópolis do Iguaçu. COM PARECER FAVORÁVEL DA CCJ. COM EMENDA FAVORÁVEL DA CCJ. APROVAR NESTE TURNO EMENDA APROVADA EM 2ª DISCUSSÃO.

Emenda - **Aprovada**.

ITEM 03

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 206/99, de autoria do deputado Péricles Holleben Mello, que autoriza o Poder Executivo a implantar o serviço social junto à rede estadual de ensino. COM PARECERES FAVORÁVEIS DA CCJ E CECE. **Aprovado, artigo por artigo**.

ITEM 04

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 287/99, de autoria do deputado Algaci Tulio, que obriga as empresas de transportes coletivo intermunicipais do Estado do Paraná, a equipar seus ônibus com detector e metais. COM PARECERES FAVORÁVEIS DA CCJ E COPTC.

Sobre o referido projeto, requerimento de autoria do senhor deputado Durval Amaral, constante do expediente, solicitando a retirada da Ordem do Dia por 10 (dez) Sessões. **Aprovado**.

Fica, portanto, adiada a discussão por 10 (dez) Sessões, do Projeto de Lei nº 287/99.

ITEM 05

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 506/99, de autoria do deputado Tony Garcia, que autoriza o Governo do Estado a instituir o programa “Kit de Material Didático Escolar”, para o Ensino Fundamental da Rede Pública Estadual. COM PARECERES FAVORÁVEIS DA CCJ, CF E CECE.

Sobre o referido projeto, Emenda Modificativa e Supressiva de Plenário, de autoria do senhor deputado Durval Amaral, devidamente apoiada, nos seguintes termos:

EMENDA MODIFICATIVA E SUPRESSIVA DO PROJETO DE LEI Nº 506/99

A presente emenda visa modificar a redação do artigo 2º, suprimindo-lhe o parágrafo único e do artigo 4º e, ainda, renumerar o artigo 5º como 4º, suprimida a expressão “revogadas as disposições em contrário” do seu artigo 5º, conforme segue:

“Art. 2º - Para a instituição e consolidação do programa suplementar de que trata o artigo 1º, o Governo do Estado poderá firmar convênios com empresas da iniciativa privada.

Art. 4º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.”

Sala das Sessões, em 22.10.2001.

(a) DURVAL AMARAL

Apoiamento:

Luiz Accorsi, Hidekazu Takayama, Elio Rusch e Nelson Garcia.

JUSTIFICATIVA:

A proposição é incompatível com sua natureza autorizatória, porque na medida em que determina providências de natureza administrativa, invade competência exclusiva do Poder Executivo.

Já a suspensão da expressão “revogadas as disposições em contrário”, justifica-se para efeito de adequar o Projeto de Lei à técnica legislativa ditada pela Lei Complementar 95, de 25 de fevereiro de 1998, que define as normas gerais para elaboração, redação, alteração e consolidação das leis, conforme determina o parágrafo único do artigo 59 da Constituição Federal. **O projeto retorna à CCJ.**

ITEM 06

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 343/2000, de autoria do deputado Pastor Edson Praczyk, que institui meia-entrada para idosos em locais que menciona e dá outras providências. COM PARECERES FAVORÁVEIS DA CCJ, CF E CDHC. COM EMENDA DE PLENÁRIO COM PARECER FAVORÁVEL DA CCJ. **Aprovado o Substitutivo da CCJ, artigo por artigo**.

ITEM 07

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 245/2001, de autoria do Poder Executivo - Mensagem nº 017/2001, que dispõe sobre o parcelamento do pagamento de multas estabelecidas pelas leis de defesa sanitária vegetal e animal, de preservação do solo agrícola, de inspeção sanitária e industrial de produtos de origem animal, mudas, agrotóxicos, fertilizantes da Secretaria de Estado da Agricultura e do Abastecimento. COM PARECERES FAVORÁVEIS DA CCJ, CF E CAIC. **Aprovado, artigo por artigo**.

ITEM 08

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 353/2000, de autoria do deputado Chico Noroeste, que autoriza o Poder Executivo a criar e implantar o Curso de Engenharia Mecânica no Campus de Foz do Iguaçu da Universidade Estadual do Oeste do Paraná - Unioeste. COM PARECERES FAVORÁVEIS DA CCJ E CECE. **Aprovado. (Publ. no DA nº 147/2000, de 30.10.2000).**

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
PROJETO DE LEI Nº 353/2000

P A R E C E R :

Relatório

De autoria do deputado Chico Noroeste, o projeto de lei em tela visa autorizar o Poder Executivo a criar e

implantar o curso de Engenharia Mecânica no Campus de Foz do Iguaçu da Universidade Estadual do Oeste do Paraná - Unioeste.

Fundamentação

A partir de uma pesquisa de opinião pública realizada pela Unioeste, notabilizou o anseio da população iguaçuense em expandir os cursos superiores ofertados pelo campus de Foz do Iguaçu, elevando o nível dos futuros profissionais que abasteceram o mercado de trabalho desta região.

Face aos resultados desta pesquisa, o curso de Engenharia Mecânica, na área de Ciências Exatas, registrou o expressivo indicativo de 32,17% de preferência dos entrevistados.

O presente projeto de lei tem caráter meramente autorizatório, constituindo-se uma mera sugestão ao Poder Executivo de criar e implantar o Curso supra citado no Campus de Foz do Iguaçu da Unioeste.

Por isso, entende esta Comissão de Constituição e Justiça que não há nenhum óbice para a aprovação do projeto de lei.

Conclusão

Diante do exposto, chamada esta Comissão a opinar, somos de parecer favorável, uma vez que concluímos sua juridicidade, legalidade e constitucionalidade.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 04.12.2000.

(aa) BASÍLIO ZANUSSO - Presidente

CESAR SELEME - Relator

COMISSÃO DE EDUCAÇÃO,
CULTURA E ESPORTES
PROJETO DE LEI Nº 353/2000

P A R E C E R :

Relatório

De autoria do deputado Chico Noroeste, o projeto de lei em tela visa autorizar o Poder Executivo a criar e implantar o curso de Engenharia Mecânica no Campus de Foz do Iguaçu da Universidade Estadual do Oeste do Paraná - Unioeste.

Fundamentação

A partir de uma pesquisa de opinião pública realizada pela Unioeste, notabilizou o anseio da população iguaçuense em expandir os cursos superiores ofertados pelo campus de Foz do Iguaçu, elevando o nível dos futuros profissionais que abasteceram o mercado de trabalho desta região.

Conclusão

Diante do exposto, chamada esta Comissão a opinar, somos de parecer favorável.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 04.12.2000.

(aa) IRINEU COLOMBO - Presidente

ALGACI TULIO - Relator

ITEM 09

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 373/2000, de autoria do deputado Luiz Fernandes Litro, que autoriza o Poder Executivo a executar serviços de restauração em rodovias do Sudoeste do Paraná e dá outras providências. **COM PARECERES CONTRÁRIOS DA CCJ E CF E COM PARECER FAVORÁVEL DA COPTC. (Publ. no DA nº 154/2000, de 08/11/2001).**

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
PROJETO DE LEI Nº 373/2000

P A R E C E R :

De autoria do nobre deputado Luiz Fernandes Litro, o projeto em questão autoriza o Poder Executivo a executar serviços de restauração em rodovias do Sudoeste do Paraná e dá outras providências.

Chamada esta Comissão a se manifestar sobre a legalidade e constitucionalidade da matéria, verificamos que a mesma incorre em vício de origem, já que preceitua o artigo 66 da Constituição Estadual, em seu inciso IV:

“Art. 66: Ressalvado o disposto nesta Constituição, são de iniciativa privativa do governador do Estado, as leis que disponham sobre:

I - ...

II - ...

III - ...

IV - criação, estruturação e atribuição das Secretarias de Estado e órgãos da Administração Pública.”

Diante do exposto e sendo o objeto do projeto de lei em análise matéria estritamente administrativa, a mesma compete essencialmente ao Poder Executivo, pelo que somos de parecer contrário ao Projeto, que sugerimos ao autor, seja matéria de requerimento ao duto Plenário desta Casa de Leis.

Sala das Comissões, em 21.05.2001.

(aa) BASÍLIO ZANUSSO -Presidente

ALGACI TULIO - Relator

COMISSÃO DE FINANÇAS
PROJETO DE LEI Nº 373/2000

P A R E C E R :

O presente projeto de lei, de autoria do deputado Luiz Fernandes Litro, autoriza o Poder Executivo a executar serviços de restauração em rodovias do Sudoeste do Paraná e dá outras providências.

Sobre a matéria já constatamos o pronunciamento contrário da douda Comissão de Constituição e Justiça.

Chamada esta Comissão de Finanças a se pronunciar, de acordo com o que preceitua o parágrafo 3º do artigo 33 do Regimento Interno desta Casa de Leis, entendemos que apesar de meritório o projeto peca por vício de origem.

Desta forma, não nos resta outra alternativa, senão emitirmos nosso parecer contrário ao referido projeto em tela.

Sala das Comissões, em 26.06.2001.

(aa) ADEMIR BIER - Presidente
DUÍLIO GENARI - Relator

COMISSÃO DE OBRAS PÚBLICAS,
TRANSPORTES E COMUNICAÇÕES - COPTC
PROJETO DE LEI Nº 373/2000

P A R E C E R :

O projeto de lei em epígrafe, de autoria do deputado Luiz Fernandes Litro, tem por finalidade autorizar o Governo do Estado a executar serviços de restauração em rodovias do Sudoeste do Paraná e dá outras providências.

O referido projeto recebeu dois pareceres contrários na Comissão de Constituição e Justiça e na Comissão de Finanças, por tal iniciativa tratar-se de prerrogativa exclusiva do Governo do Estado.

No entanto, como a proposta é meramente autorizatória, chamada esta Comissão a se pronunciar, entendemos que o projeto deve ser levado à apreciação e votação pelos membros desta Casa.

Desta forma, nosso parecer é favorável ao projeto em tela.

Sala das Comissões, em 26.09.2001.

(aa) EDSON STRAPASSON - Presidente
SÉRGIO SPADA - Relator

O SR. ALGACI TULIO (**Pela Ordem**)

Este projeto não deveria constar da Ordem do Dia, porque eu, como relator do Projeto na CCJ pedia que fosse encaminhado à Comissão de Educação, Cultura e Esportes.

Ele não atendeu o parecer aprovado pela CCJ, onde cito que ele deveria passar pela CCJ.

Não deveria constar da Ordem do Dia.

O SR. PRESIDENTE (**Elio Rusch**)

Se o projeto passar em votação hoje, vamos encaminhá-lo para a Comissão de Educação.

O SR. ALGACI TULIO

Eu acho temerário de repente criar uma polêmica em cima de um fato que pode ser melhor esclarecido.

Se V. Exa. determinar e tiver o acordo da Liderança do governo, pode tirar da Ordem do Dia, porque pode fulminar o projeto do deputado Litro.

Quero preservar, pedindo que ele passe para a Comissão de Educação.

O SR. PRESIDENTE (**Elio Rusch**)

Coloco em votação a sugestão e o requerimento do deputado Algaci Tulio. Se os deputados concordam que

seja retirado da Ordem do Dia, que ele vá para a Comissão e Educação.

Aprovado.

Retorna à Comissão de Educação.

ITEM 10

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 389/2000, de autoria do deputado Luiz Carlos Alborghetti, que autoriza o Governo do Estado a integrar permanentemente profissional da área de psicologia e assistente social no quadro de profissionais de educação em todas as escolas do Estado. COM PARECERES FAVORÁVEIS DA CCJ, CF E CECE. **Aprovado. (Publ. no DA nº 161/2000, de 20.11.2000).**

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
PROJETO DE LEI Nº 389/2000

P A R E C E R :

O Projeto de Lei nº 389/2000, de autoria do deputado Luiz Carlos Alborghetti, autoriza o Governo do Estado a integrar permanentemente profissional na área de psicologia e assistente social no quadro de profissionais de educação em todas as escolas do Estado.

O projeto não encontra óbice de natureza legal ou constitucional.

Pelo exposto, opino favoravelmente à sua regular tramitação.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 28.08.2001.

(aa) BASÍLIO ZANUSSO - Presidente
JOSÉ MARIA FERREIRA - Relator

COMISSÃO DE FINANÇAS
PROJETO DE LEI Nº 389/2000

P A R E C E R :

O presente projeto de lei, de autoria do deputado Luiz Carlos Alborghetti, autoriza o Poder Executivo a integrar permanentemente profissional na área de psicologia e assistente social no quadro de profissionais de educação em todas as escolas do Estado.

A douta Comissão de Constituição e Justiça manifestou-se favoravelmente ao presente projeto, nos aspectos constitucionais, legais e de técnica legislativa.

Esta Comissão, chamada à manifestação de acordo com o parágrafo 3º do artigo 33 do Regimento Interno, nada encontrou que pudesse obstar sua tramitação pelos demais órgãos desta Casa de Leis.

Do exposto, opina esta Comissão favoravelmente à sua aprovação.

Sala das Comissões, em 18.09.2001.

(aa) ADEMIR BIER - Presidente
MARCOS ISFER - Relator

COMISSÃO DE EDUCAÇÃO,
CULTURA E ESPORTE
PROJETO DE LEI Nº 389/2000

P A R E C E R :

O presente projeto de lei de autoria do nobre deputado Luiz Carlos Alborghetti tem por objetivo autorizar o Governo do Estado a integrar permanentemente profissional na área de psicologia e assistente social no quadro de profissionais de educação em todas as escolas do Estado.

Chamada esta Comissão a se manifestar, verificou tratar-se de louvável iniciativa do nobre deputado, por perceber a necessidade de tais profissionais integrarem o quadro de profissionais da educação, não sem tempo, face à riquíssima contribuição que darão aos educandos e ao público desta área. Vivemos momentos de profundas transformações e, estes profissionais, estão preparados para contribuir de forma salutar no desenvolvimento integral deste público, auxiliando educadores e familiares.

Assim sendo, o parecer é favorável à presente proposição.

Sala das Comissões, em 28.08.2001.

(aa) ÂNGELO VANHONI - Presidente

LUIZ CARLOS MARTINS - Relator

ITEM 11

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 390/2000, de autoria do deputado Divanir Braz Palma, que cria o Centro Administrativo Regional de Maringá. PARECERES FAVORÁVEIS DA CCJ, CF e COPTC. COM SUBSTITUTIVO DA CCJ. **Aprovado. (Publ. no DA nº 163/2000, de 21.11.2000).**

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
PROJETO DE LEI Nº 390/2000

P A R E C E R :

O presente projeto de lei, de autoria do deputado Divanir Braz Palma, tem por objetivo criar o Centro Administrativo Regional do Paraná.

Chamada esta Comissão a se manifestar, somos de parecer favorável na forma do substitutivo anexo, para melhor adequá-lo às normas legislativas.

Sala das Comissões, em 20.06.2000.

(aa) BASÍLIO ZANUSSO - Presidente

DUÍLIO GENARI - Relator

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

SUBSTITUTIVO GERAL AO
PROJETO DE LEI Nº 390/2000

P A R E C E R :

Art. 1º - Fica o Poder Executivo autorizado a instituir o Centro Administrativo Regional de Maringá, com sede na cidade de Maringá, no Estado do Paraná.

Parágrafo Único - O Centro Administrativo Regional sediará todos os núcleos das secretarias, autarquias e vinculadas, existentes na cidade de Maringá.

Art. 2º - O Poder executivo regulamentará a presente lei, no prazo de 90 (noventa) dias, após a sua publicação.

Art. 3º - Esta lei entrará em vigor, na data da sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Comissões, em 20.06.2000.

(aa) BASÍLIO ZANUSSO - Presidente

DUÍLIO GENARI - Relator

COMISSÃO DE FINANÇAS
PROJETO DE LEI Nº 390/2000

P A R E C E R :

O presente projeto de lei, de autoria do deputado Divanir Braz Palma, visa criar o Centro Administrativo Regional de Maringá.

Sobre a matéria já existe pronunciamento favorável pela doughta Comissão de Constituição e Justiça.

Chamada a opinar, esta Comissão de Finanças entende que a criação do Centro Administrativo, permitirá um atendimento centralizado, concentrando os serviços, facilitando assim a vida dos usuários que atualmente necessitam percorrer um extenso caminho para resolver seus problemas.

Assim sendo, no âmbito desta Comissão Técnica, conforme o disposto no artigo 33, parágrafo 3º, do Regimento Interno, opinamos pela aprovação da matéria, através do parecer favorável ao Projeto de Lei nº 390/2000.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 20.06.2000.

(aa) ADEMIR BIER - Presidente

LUIZ ACCORSI - Relator

COMISSÃO DE OBRAS PÚBLICAS,
TRANSPORTES E COMUNICAÇÕES
PROJETO DE LEI Nº 390/2000

P A R E C E R :

O presente projeto de lei, de autoria do deputado Divanir Braz Palma, visa criar o Centro Administrativo Regional de Maringá.

Sobre a matéria já existe pronunciamento favorável, pela doughta Comissão de Constituição e Justiça e Comissão de Finanças.

Chamada a opinar, esta Comissão de Obras Públicas, Transportes e Comunicações, entende que a criação do Centro Administrativo Regional de Maringá, virá a auxiliar toda a comunidade de Maringá, pois atualmente é necessário um grande deslocamento para percorrer os diversos serviços, visto que os órgãos estão espalhados pela cidade. Através da concentração dos serviços, a população encontrará uma maior comodidade, reduzindo

sobremaneira o tempo gasto com transporte, na solução de seus problemas.

Assim sendo, no âmbito desta Comissão Técnica, conforme o disposto no artigo 33, parágrafo 3º, do Regimento Interno, opinamos pela aprovação da matéria, através do parecer favorável ao Projeto de Lei nº 390/2000.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 20.06.2000.

(aa) EDSON STRAPASSON - Presidente

CHICO NOROESTE - Relator

ITEM 18

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 437/2000, de autoria do deputado Ricardo Chab, que autoriza o Poder Executivo a conceder isenção do ICMS (Imposto de Circulação de Mercadorias e Serviços), aos veículos fabricados exclusivamente nas montadoras paranaenses, para a renovação da frota de Táxi e para os utilizados pelas entidades filantrópicas estaduais. PARECERES CONTRÁRIO DA CCJ e CF. PARECER FAVORÁVEL DA CAIC. (Publ. no DA nº 187/2000, de 13.12.2000).

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

P A R E C E R :

O Projeto de Lei nº 437/2000, de autoria do deputado Ricardo Chab, tem por fim autorizar o Poder Executivo a conceder isenção do ICMS aos veículos fabricados exclusivamente nas montadoras paranaenses, para a renovação da frota de táxi e para os utilizados pelas entidades filantrópicas estaduais.

A Constituição Federal em seu artigo 155, parágrafo 2º, XII, “g” prescreve que esta espécie de benefício só pode ser concedido “por deliberação conjunta dos Estados, na forma de lei complementar, ou seja, depende de decisão conjunta dos Secretários de Fazenda reunidos no órgão denominado Confaz.

Por tal razão, dado sua inconstitucionalidade, meu parecer é desfavorável à tramitação do projeto.

Sala das Comissões, em 03.03.2001.

(aa) BASÍLIO ZANUSSO - Presidente

ADEMAR TRAIANO - Relator

COMISSÃO DE FINANÇAS PROJETO DE LEI Nº 437/2000

P A R E C E R :

De autoria do deputado Ricardo Chab o presente plano de lei visa autorizar o Poder Executivo a conceder isenção do ICMS (Imposto de Circulação de Mercadorias e Serviços) aos veículos fabricados exclusivamente nas montadoras paranaenses, para a renovação da frota de táxi e para os utilizados pelas entidades filantrópicas estaduais.

A proposição foi analisada anteriormente pela Comissão de Constituição e Justiça, a qual recebeu parecer contrário. Chamada esta Comissão de Finanças a opi-

nar, conclui que, qualquer benefício fiscal deve necessariamente ser concedido por decisão do Conselho de Política Fazendária - Confaz, que congrega os Estados e o Distrito Federal, para disporem sobre a matéria.

Ademais, vale salientar que a proposição em tela deixou de considerar os reflexos da medida no orçamento do Estado, sob o aspecto da arrecadação, o que reforça a fundamentação no que diz respeito à inviabilidade do projeto.

Assim sendo, no âmbito desta Comissão Técnica, conforme o disposto no Artigo 33, parágrafo 3º do Regimento Interno, opinamos pela não aprovação da matéria, através do parecer contrário ao Projeto de Lei nº 437/2000.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 03.10.2001.

(aa) ADEMIR BIER - Presidente

GERALDO CARTÁRIO - Relator

COMISSÃO DE AGRICULTURA, INDÚSTRIA E COMÉRCIO PROJETO DE LEI Nº 437/2000

P A R E C E R :

O projeto de lei de autoria do deputado Ricardo Chab, visa autorizar o Poder Executivo a conceder isenção do ICMS (Imposto de Circulação de Mercadorias e Serviços), aos veículos fabricados exclusivamente nas montadoras paranaenses, para a renovação da frota de táxi e para os utilizados pelas entidades filantrópicas estaduais.

Chamada esta Comissão a se manifestar sobre o mérito do referido projeto, nada encontramos que possa impedir sua normal tramitação.

Sendo assim, somos de parecer favorável.

Sala das Comissões, em 10.10.2001.

(aa) PLAUTO MIRÓ GUIMARÃES - Presidente

FERNANDO RIBAS CARLI - Relator

A votação está inversa.

Os deputados que aprovam o Projeto, queiram levantar-se.

Rejeitado.

O SR. JOSÉ MARIA FERREIRA (Pela Ordem)

Senhor presidente, consulto a Mesa se um projeto que tem dois pareceres contrários nas Comissões Permanentes, já não teria que ser arquivado?

O SR. PRESIDENTE (Elio Rusch)

Nós já vamos responder para V. Exa., na sequência.

ITEM 13

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 019/2001, de autoria do deputado Ademar Traiano e outros. As instituições bancárias, de financiamento e de crédito, bem como os

supermercados, deverão atender os consumidores em tempo razoável, evitando longa espera em filas. PARECERES FAVORÁVEIS DA CCJ e CAIC. EMENDA DE PLENÁRIO COM PARECER FAVORÁVEL DA CCJ. **Aprovado. (Publ. no DA nº 004/2001, de 21.02.2001).**

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
PROJETO DE LEI Nº 019/2001

P A R E C E R :

O presente Projeto de Lei nº 019/2001, de autoria do nobre deputado Ademar Traiano, tem por finalidade disciplinar o atendimento aos consumidores em instituições bancárias, de financiamento e crédito, bem como em supermercados no que tange ao tempo de espera em filas.

Chamada esta Comissão a manifestar-se sobre a matéria em tela, verificou-se que a Constituição Federal estabelece normas de proteção e defesa do consumidor de ordem pública e interesse social, nos termos do art. 5º, inciso XXXII, *“in verbis”*.

Art. 5º - Todos são iguais perante a lei, sem distinção de qualquer natureza, garantindo-se aos brasileiros e aos estrangeiros residentes no País a inviolabilidade do direito à vida, à liberdade, à igualdade, à segurança e à probabilidade, nos termos seguintes:

XXXII - O Estado promoverá, na forma da lei, a defesa do consumidor.

Vale salientar que em vários municípios brasileiros foram editadas leis sobre conteúdo similar, o que reforça a necessidade de Lei Estadual sobre a matéria, objetivando conferir maior precisão ao Código de defesa do Consumidor, propiciando uma melhora sensível dos serviços prestados aos consumidores.

Objetivando o aprimoramento e adequação do texto à presente proposição, apresentamos uma emenda aditiva referente às infrações e uma emenda modificativa referente ao cadastro público das empresas infratoras.

Pelas razões aduzidas, concluímos pela constitucionalidade e legalidade, do Projeto de Lei nº 019/2001, na forma do projeto apresentado e das emendas em anexo.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 12.06.2001.

(aa) BASÍLIO ZANUSSO - Presidente
ORLANDO PESSUTI - Relator

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
EMENDA ADITIVA
PROJETO DE LEI Nº 019/2001

Acrescenta-se ao artigo 4º do presente projeto, o parágrafo 3º, o qual terá a seguinte redação:

3º - Não será considerada infração à lei, desde que devidamente comprovado, quando não a observância do tempo de espera previsto no, parágrafo 1º, do artigo 1º, decorrer de:

I - força maior, tais como falta de energia elétrica e problemas relativos à telefonia e transmissão de dados:

II - greve.

Sala das Comissões, em 12.06.2001.

(aa) BASÍLIO ZANUSSO - Presidente
ORLANDO PESSUTI - Relator

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
EMENDA MODIFICATIVA
PROJETO DE LEI Nº 019/2001

O parágrafo 1º do artigo 4º do presente projeto de lei passa a ter a seguinte redação:

1º - Os estabelecimentos compreendidos nesta lei não mais constarão no cadastro público do Procon/PR mencionado no item IV após os cumprimentos de todas as obrigações estabelecidas nos artigos antecedentes.

Sala das Comissões, em 12.06.2001.

(aa) BASÍLIO ZANUSSO - Presidente
ORLANDO PESSUTI - Relator

COMISSÃO DE FINANÇAS

O projeto de lei em questão dispõe sobre o breve atendimento aos consumidores, evitando-se longas filas. Em muitas agências bancárias o problema é muito grave. O longo período de espera caracteriza um desrespeito ao usuário dos serviços. Somos de parecer favorável ao presente projeto de lei.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 13.08.2001.

(aa) ADEMIR BIER - Presidente
NEIVO BERALDIN - Relator

COMISSÃO DE AGRICULTURA,
INDÚSTRIA E COMÉRCIO
PROJETO DE LEI Nº 019/2001

P A R E C E R :

O projeto de lei, de autoria do deputado Ademar Traiano, visa as instituições bancárias, de financiamento e de crédito, bem como os supermercados, deverão atender os consumidores em tempo razoável, evitando a longa espera em filas.

Chamada esta Comissão a se manifestar sobre o mérito do referido projeto, nada encontramos que possa impedir sua normal tramitação.

Sala das Comissões, em 10.10.2001.

(aa) PLAUTO MIRÓ GUIMARÃES - Presidente
FERNANDO RIBAS CARLI - Relator

ITEM 14

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 060/2001, de autoria da CPI dos Medicamentos, que reduz para 12% a alíquota do Imposto sobre Circulação e Serviços ICMS, nas operações internas com medicamentos genéricos. COM PARECERES FAVORÁVEIS DA CCJ, CF E CSP. EMENDA DE PLENÁRIO COM PARECER FAVORÁ-

VEL DA CCJ. **Aprovado. (Publ. no DA nº 018/2001, de 15/03/2001).**

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
PROJETO DE LEI Nº 60/2001

P A R E C E R :

O Projeto de Lei nº 60/2001, de autoria da CPI dos Medicamentos, reduz para 12% (doze por cento) a alíquota do ICMS - Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços nas operações internas com os medicamentos genéricos.

O projeto não encontra óbices de natureza legal ou constitucional.

Pelo exposto, opino favoravelmente à sua regular tramitação na forma da emenda em anexo.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 10.04.2001.

(aa) BASÍLIO ZANUSSO - Presidente

JOSÉ MARIA FERREIRA - Relator

COMISSÃO DE FINANÇAS
PROJETO DE LEI Nº 060/2001

P A R E C E R :

O projeto de lei em exame, de autoria da Comissão Parlamentar de Inquérito dos Medicamentos, reduz para 12% (doze por cento), a alíquota do Imposto sobre Circulação de Bens e Serviços - ICMS, nas operações internas com medicamentos genéricos.

O referido projeto em tela já mereceu o devido pronunciamento favorável com Emenda Corretiva da douda Comissão de Constituição e Justiça.

Chamada a opinar esta Comissão de Finanças, de acordo com o que preceitua o parágrafo 3º do artigo 33 do Regimento Interno desta Casa de Leis, podemos observar na própria justificativa do autor da matéria, que com a aprovação deste projeto de lei, estaremos incentivando a produção e comercialização de produtos genéricos no Estado.

Por outro lado, os medicamentos genéricos são de suma importância para a população, principalmente às pessoas que necessitam de medicamentos de uso contínuo.

Desta forma, nosso parecer é favorável, opinando-se pela sua aprovação.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 09.05.2001.

(a) ADEMIR BIER - Presidente e Relator

COMISSÃO DE SAÚDE PÚBLICA
PROJETO DE LEI Nº 60/2001

P A R E C E R :

O presente projeto de lei, de autoria da CPI dos Medicamentos, reduz para 12% (doze por cento) a alíquota do ICMS - Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços nas operações internas com os

medicamentos genéricos.

Sobre a matéria já existe pronunciamento favorável das Comissões de Constituição e Justiça e de Finanças.

Chamada a opinar, esta Comissão de Saúde Pública entende que a redução da alíquota nos medicamentos genéricos, virá beneficiar toda a sociedade, criando meios para o aumento da produção e distribuição desses remédios e conseqüente redução dos preços.

Assim sendo, no âmbito desta Comissão Técnica, conforme o disposto no artigo 33, parágrafo 10, do Regimento Interno, opinamos pela aprovação da matéria, através do parecer favorável ao Projeto de Lei nº 60/2001.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 08.10.2001.

(aa) LUIZ ACCORSI - Presidente

RENATO GAÚCHO - Relator

EMENDA CORRETIVA AO
PROJETO DE LEI Nº 60/2001

A súmula do Projeto de Lei nº 60/2001 passará a ter a seguinte redação:

“Reduz para 12% a alíquota do Imposto sobre Operações Relativas à Circulação de Mercadorias e sobre a Prestação de Serviços de Transporte Interestadual e Intermunicipal e de Comunicação - ICMS, nas operações internas com medicamentos genéricos”.

Sala das Comissões, em 10.04.2001.

(aa) BASÍLIO ZANUSSO - Presidente

JOSÉ MARIA FERREIRA - Relator

ITEM 15

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 099/2001, de autoria do deputado Hermas Brandão, que autoriza o Poder Executivo a criar um Centro Cultural no município de Bandeirantes. PARECERES FAVORÁVEIS DA CCJ, CF E CECE. EMENDA DE PLENÁRIO COM PARECER FAVORÁVEL DA CCJ. **Aprovado. (Publ. no DA nº 030/2001, de 02/04/2001)**

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
PROJETO DE LEI Nº 99/2001

P A R E C E R :

O Projeto de Lei nº 99/2001, de autoria do deputado Hermas Brandão, autoriza o Poder Executivo a criar um Centro Cultural no município de Bandeirantes, deixando a cargo da Secretaria Municipal de Bandeirantes, a responsabilidade pela manutenção e funcionamento das atividades culturais.

O projeto de lei, apesar de possuir caráter meramente autorizatório, na forma em que se encontra redigido, é inconstitucional, considerando que o Estado não tem competência para determinar atribuições a uma Secretaria Municipal.

Todavia, se o Poder Executivo for autorizado a fazer convênio com aquele município para a criação do Centro Municipal de Cultura de Bandeirantes, o projeto de lei estará de acordo com os ditames legais.

Pelo exposto, opino favoravelmente à sua regular tramitação na forma da emenda substitutiva em anexo.

Sala das Comissões, em 05.06.2001.

(aa) BASÍLIO ZANUSSO - Presidente

JOSÉ MARIA FERREIRA - Relator

COMISSÃO DE FINANÇAS
PROJETO DE LEI Nº 99/2001

P A R E C E R :

O presente projeto, de autoria do deputado Hermas Brandão, visa autorizar o Poder Executivo a criar um Centro Cultural no município de Bandeirantes.

A propositura do projeto tem por fim construir no município acima nominado, um local específico para a cultura, já que lá não existe tal local para as atividades culturais tão necessárias à população.

O projeto em tela foi devidamente analisado no aspecto de sua constitucionalidade pela douta Comissão de Constituição e Justiça. Essa posicionou-se favoravelmente à regular tramitação do mesmo, entendendo porém ser necessária apresentação de Emenda Substitutiva Geral com o propósito de suprir as condições de constitucionalidade faltantes ao projeto na forma originária apresentada. Tal Emenda se fez necessária, já que apenas na forma de autorizar o Poder Executivo a firmar convênio com o município de Bandeirantes para criação do Centro Cultural de Bandeirantes, poderá ser suprida a inconstitucionalidade originária.

No que compete a esta Comissão se manifestar, em conformidade com o parágrafo 3º do artigo 33, do Regimento Interno desta Casa, é o nosso parecer favorável ao projeto na forma da Emenda Substitutiva Geral nele apresentada, já que nela consta, em seu artigo 2º, que as verbas orçamentárias necessárias para o presente convênio provirão de proposta orçamentária a ser incluída na LDO de 2002.

Assim sendo, é nosso parecer favorável, na forma da Emenda Substitutiva Geral apresentada pela Comissão de Constituição e Justiça.

É o parecer.

(a) ADEMIR BIER - Presidente e Relator

COMISSÃO DE EDUCAÇÃO,
CULTURA E ESPORTES
PROJETO DE LEI Nº 099/2001

P A R E C E R :

O Projeto de Lei nº 086/99, de autoria do deputado Hermas Brandão, tem por objetivo autorizar o Poder Executivo a criar um Centro Cultural no município de Bandeirantes.

A douta Comissão de Constituição e Justiça manifestou-se favoravelmente ao presente projeto, porém, com a necessidade da apresentação de Emenda Substitutiva Geral para que o projeto apresente legalidade.

Chamada esta Comissão a se manifestar sobre a matéria, não encontramos óbice que a impeça de seguir sua normal tramitação nesta Casa de Leis, pelo que somos de parecer favorável ao mesmo, na forma da Emenda Substitutiva Geral.

Sala das Comissões, em 10.10.2001.

(a) ÂNGELO VANHONI - Presidente e Relator

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
PROJETO DE LEI Nº 99/2001
EMENDA SUBSTITUTIVA GERAL

Art. 1º - Fica o Poder Executivo autorizado a firmar convênio junto ao município de Bandeirantes para a criação do Centro Cultural de Bandeirantes.

Art. 2º - As verbas orçamentárias necessárias para o presente convênio provirão de proposta orçamentária a ser incluída na LDO de 2002.

Art. 3º - Caberá ao Poder Executivo regulamentar o presente convênio.

Art. 4º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Comissões, em 05.06.2001.

(aa) BASÍLIO ZANUSSO - Presidente

JOSÉ MARIA FERREIRA - Relator

ITEM 16

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 143/2001, de autoria do deputado Neivo Beraldin, que autoriza o Poder Executivo a doar ao município de Cândói imóvel que especifica. PARECERES FAVORÁVEIS DA CCJ E COPTC. **Aprovado. (Publ. no DA nº 044/2001, de 24/04/2001)**

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
PROJETO DE LEI Nº 143/2001

P A R E C E R :

O Projeto de Lei nº 143/2001, de autoria do ilustre deputado Neivo Beraldin, autoriza o Poder Executivo a doar ao município de Cândói imóvel com benfeitorias com a denominação de Estância Hidromineral Santa Clara, na localidade de Cândói.

Por força do artigo 10 da Constituição Estadual, “os bens imóveis do Estado não podem ser objeto de doação ou de utilização gratuita, salvo, e mediante lei, se o beneficiário for pessoa jurídica de direito público interno...”.

Portanto, a proposição guarda compatibilidade com a ordem jurídica, razão por que esta Comissão é de parecer favorável à sua tramitação.

Sala das Comissões, em 18.09.2001.

(aa) BASÍLIO ZANUSSO - Presidente

ADEMAR TRAIANO - Relator

COMISSÃO DE OBRAS PÚBLICAS,
TRANSPORTE E COMUNICAÇÕES
PROJETO DE LEI Nº 143/2001

P A R E C E R :

O Projeto de Lei em epígrafe, de autoria dos deputados Cezar Silvestri e Neivo Beraldin, autoriza o Poder Executivo a doar ao município de Cândói o imóvel Estância Hidromineral Santa Clara.

Chamada a se pronunciar sobre o mérito, esta relatoria entende louvável a iniciativa dos nobres parlamentares, visto que a referida Estância tem grande potencial turístico e se encontra abandonada pelo Governo do Estado, razão pela qual o município de Cândói seguramente lhe dispensará o tratamento adequado, recuperando e conservando a Estância e promovendo a exploração de seu potencial turístico e de lazer.

Face ao exposto, o parecer é favorável.

Sala das Comissões, em 10.10.2001.

(aa) EDSON STRAPASSON - Presidente

ÂNGELO VANHONI - Relator

ITEM 17

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 180/2001, de autoria do deputado Nelson Tureck, que cria o Programa de Financiamento da Casa Própria Rural e dá outras providências. **PARECERES FAVORÁVEIS DA CCJ, CF E CAIC. (Publ. no DA nº059/2001, de 15/05/2001)**

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
PROJETO DE LEI Nº 180/2001

P A R E C E R :

O presente projeto de lei, de autoria do nobre deputado Nelson Tureck, que autoriza o Poder Executivo a criar o Programa de Financiamento da Casa Própria Rural e dá outras providências.

Chamada esta Comissão a se manifestar, verificou-se que a matéria em tela, por possuir caráter autorizatório e altamente meritório, atende aos dispositivos legais.

Assim sendo, nosso parecer é favorável.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 26.06.2001.

(aa) BASÍLIO ZANUSSO - Presidente

ORLANDO PESSUTI - Relator

COMISSÃO DE FINANÇAS
PROJETO DE LEI Nº 180/2001

P A R E C E R :

O projeto de lei em exame, de autoria do deputado Nelson Tureck, tem por finalidade autorizar o Poder Exe-

cutivo a criar o Programa de Financiamento da Casa Própria Rural e dá outras providências.

O referido projeto em tela já mereceu o devido pronunciamento favorável da douta Comissão de Constituição e Justiça.

Chamada a opinar esta Comissão de Finanças, de acordo com o que dita o parágrafo 3º do artigo 33 do Regimento Interno desta Casa de Leis, podemos observar na própria justificativa do autor da matéria, que um dos principais objetivos do projeto em questão, é a fixação do homem do meio rural. Com esta propositura, estaremos contribuindo para amenizar a grave situação pela qual passa o setor habitacional rural, e é extremamente necessário criar-se política básica que destine recursos específicos à produção, aquisição ou reforma de moradias.

Desta forma, nosso parecer é favorável, opinando-se pela sua aprovação.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 13.08.2001.

(a) ADEMIR BIER - Presidente e Relator

COMISSÃO DE AGRICULTURA,
INDÚSTRIA E COMÉRCIO
PROJETO DE LEI Nº 180/2001

P A R E C E R :

O presente projeto de lei, de autoria do deputado Nelson Tureck, tem por objetivo criar o Programa de Financiamento da Casa Própria Rural e dá outras providências.

Chamada esta Comissão a se manifestar, e após obter pareceres favoráveis da Comissão de Constituição e Justiça e da Comissão de Finanças, nada encontramos que possa impedir sua normal tramitação.

Sendo assim, somos de parecer favorável.

Sala das Comissões, em 10.10.2001.

(aa) PLAUTO MIRÓ GUIMARÃES - Presidente

FERNANDO RIBAS CARLI - Relator

Em votação.

A SRA. LUCIANA RAFAGNIN (Para Encaminhar)

Senhor presidente e senhores deputados.

Gostaria de, antes de mais nada, parabenizar o deputado Nelson Tureck por esse projeto. Temos sempre defendido a questão rural aqui nesta Casa, e temos uma preocupação muito grande com a nossa agricultura. Sabemos que não existe um projeto que seja de incentivo à habitação no meio rural.

Senhor presidente, fico com uma preocupação no sentido de que estive apresentando um projeto semelhante a este na Casa. E esse projeto foi vetado pelo senhor governador, e no dia 9 de maio deste ano votamos o veto e foi mantido o veto do Governo. Então, é claro, não aprovando o projeto que criava o Programa de Habitação do Meio Rural. Este projeto é bastante semelhante. Cria o Programa de Financiamento da Casa Própria Rural. Então ele é bastante semelhante ao projeto que

apresentei nesta Casa e que foi votado por todos os senhores deputados.

E gostaria de pedir à Mesa, neste sentido, o que nos diz o nosso Regimento Interno, é que precisaria de 2/3 de assinaturas para tramitar o projeto semelhante, que é o que vem sendo usado para não colocar em votação o projeto da Copel.

Portanto, pediria à Mesa, se esse é o mesmo procedimento, se daqui para frente o procedimento da Mesa é esse, se pode ser dado entrada ao projeto semelhante, então nós gostaríamos de reforçar o projeto da Copel para que seja colocado em pauta também, para que possamos votar. De qualquer forma, parabênz o deputado e digo que voto favorável ao seu projeto.

O SR. EDSON STRAPASSON (Pela Ordem)

Senhor presidente e senhores deputados.

Queria levantar uma questão de ordem em relação ao item 17, porque nós não conhecemos o teor do projeto, porque não consta na anexação da Ordem do Dia, assim como vários outros projetos votados. Como o item 16, vários outros projetos não constam na Ordem do Dia, e estamos votando sem o conhecimento do seu teor. Esse projeto 17, independente de conhecer, gostaria que ele pudesse tramitar para que tivesse o parecer da Comissão de Obras, que eu presido. E que os projetos que venham a esta Casa, venham com o seu teor, da mesma forma o projeto que foi citado erroneamente como sendo de minha autoria, que na verdade é do deputado Edson Praczyk, que na verdade institui a meia-entrada para idosos, que teve um substitutivo geral da CCJ. Também não consta esse substitutivo.

O SR. PRESIDENTE (Elio Rusch)

Deputado Strapasson, esses projetos todos foram publicados nos avulsos na quinta-feira da semana passada e houve Sessão até certa altura e depois caiu. E todos os projetos já haviam sido publicados na quinta-feira. E todos os projetos são publicados uma vez nos avulsos.

O SR. EDSON STRAPASSON

De qualquer maneira eu gostaria que esse projeto, o item 17, do financiamento da casa própria, tramitasse na Comissão de Obras.

O SR. NEREU MOURA (Para Encaminhar)

Tem razão a deputada Luciana Rafagnin, com relação ao item 17 da pauta, projeto de lei de autoria do deputado Nelson Tureck.

Senhor presidente, o Regimento Interno da Casa prevê que uma matéria rejeitada num exercício só pode ser reapresentada no exercício seguinte, não obstante a matéria ser de mérito e merecer nosso apoio e o nosso voto favorável, só que a Mesa está abrindo um precedente que vai permitir que possamos, aqui, reapresentar as matérias que foram rejeitadas este ano.

Eu quero dizer que nós, do PMDB, votamos favorável a esta matéria. Apenas para que o Regimento da Casa não seja desrespeitado.

O SR. PRESIDENTE (Elio Rusch)

Em contato com o autor do projeto, o deputado Nelson Tureck está apresentando um Requerimento nº 3496, solicitando a retirada da Ordem do Dia por 05 (cinco) Sessões. **Aprovado.**

Fica portanto, adiada a discussão por 05 (cinco) Sessões, do Projeto de Lei nº 180/2001.

ITEM 18

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 228/2001, de autoria do deputado Renato Gaúcho, que dispõe sobre a criação do "Programa Parceiro da Escola" a ser implantado no Estado do Paraná. **PARECERES FAVORÁVEIS DA CCJ, CF E CECE. Aprovado. (Publ. no DA nº 073/2001, de 04/06/2001)**

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA PROJETO DE LEI Nº 228/2001

P A R E C E R :

Fundamentação

Sob o aspecto legal e constitucional, esta relatoria não vê nenhum impedimento para sua normal tramitação, até deliberação final pelo soberano Plenário.

Recebe, portanto, o parecer favorável.

É o relatório.

Sala das Comissões, em 13.06.2001.

(aa) **BASÍLIO ZANUSSO** - Presidente
SERAFINA CARRILHO - Relator

COMISSÃO DE FINANÇAS PROJETO DE LEI Nº 228/2001

P A R E C E R :

O presente projeto, de autoria do deputado Renato Gaúcho, dispõe sobre a criação do Programa Parceiro da Escola, a ser implantado no Estado do Paraná.

A propositura do projeto tem por fim incentivar a ajuda para as escolas mais carentes, através da iniciativa privada, pois é notório o fato da existência de alunos pobres que não têm condições de adquirir uniformes e material para poderem estudar, além do que muitos destes colégios estão em precárias condições.

O projeto em tela foi analisado no aspecto de sua constitucionalidade pela Comissão de Constituição e Justiça. Esta posicionou-se favoravelmente à regular tramitação do mesmo.

No que compete a esta Comissão se manifestar, em conformidade com o parágrafo 3º do artigo 33 do Regimento Interno desta Casa, posicionamo-nos igualmente no sentido da aprovação favorável ao projeto.

Assim sendo, é nosso parecer favorável à aprovação do projeto em epígrafe.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 26.06.2001.

(a) ADEMIR BIER - Presidente e Relator

COMISSÃO DE EDUCAÇÃO
PROJETO DE LEI Nº 228/2001

P A R E C E R :

O Projeto de Lei nº 228/2001, de autoria do deputado Renato Gaúcho, dispõe sobre a criação do Programa Parceiro da Escola a ser implantado no Estado do Paraná.

O projeto de lei não apresenta óbices de natureza legal ou constitucional, possuindo parecer favorável da Comissão de Finanças e da Comissão de Constituição e Justiça.

A proposição é meritória e tem por objetivo a participação da iniciativa privada na aquisição de uniformes, equipamentos, materiais, móveis escolares e na reforma e/ou ampliação das escolas da Rede Estadual de Ensino.

Conforme dispõe o artigo 205 da Constituição Federal, a educação é direito de todos e dever do Estado, devendo ser promovida e incentivada com a colaboração da sociedade.

Pelo exposto, opino favoravelmente à aprovação do projeto em epígrafe.

Sala das Comissões, em 10.10.2001.

(aa) ÂNGELO VANHONI - Presidente

JOSÉ MARIA FERREIRA - Relator

ITEM 19

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 272/2001, de autoria do deputado Luiz Accorsi, que autoriza o Poder Executivo a ceder ao município de Paranavaí, imóvel situado naquele município. **PARECERES FAVORÁVEIS DA CCJ E COPTC. Aprovado. (Publ. no DA nº 091/2001, de 26/06/2001)**

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
PROJETO DE LEI Nº 272/2001

P A R E C E R :

O presente projeto de lei, de autoria do deputado Luiz Accorsi, tem por objetivo autorizar o Poder Executivo a ceder ao município de Paranavaí, imóvel situado naquele município.

Chamada esta Comissão a se manifestar com relação à legalidade e constitucionalidade, nada encontramos que possa impedir sua normal tramitação.

Assim sendo, somos de parecer favorável.

Sala das Comissões, em 11.09.2001.

(aa) BASÍLIO ZANUSSO - Presidente

CARLOS SIMÕES - Relator

COMISSÃO DE OBRAS PÚBLICAS,
TRANSPORTES E COMUNICAÇÕES
PROJETO DE LEI Nº 272/2001

P A R E C E R :

O Projeto de Lei nº 272/2001, de autoria do deputado Luiz Accorsi, autoriza o Poder Executivo a ceder ao município de Paranavaí, imóvel situado naquele município.

A matéria tem por finalidade autorizar o Poder Executivo a outorgar cessão real de uso de imóvel do Estado ao município de Paranavaí, para que aquela municipalidade instale uma escola fundamental no local.

A Comissão de Constituição e Justiça foi ouvida, exarando parecer favorável, consoante as respectivas atribuições.

Isto posto, opinamos favoravelmente à tramitação do Projeto de Lei nº 272/2001 por considerá-lo meritório.

Sala das Comissões, em 10.10.2001.

(aa) EDSON STRAPASSON - Presidente

ANTONIO CARLOS BELINATI - Relator

ITEM 20

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 290/2001, de autoria do deputado Custódio da Silva, que autoriza o Poder Executivo a criar o Colégio de Ensino Médio e Profissionalizante Frei Miguel, nesta capital. **COM PARECER FAVORÁVEL DA CCJ E COM PARECER FAVORÁVEL DA CECE. (Publ. no DA nº 097/2001, de 28/06/2001).**

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
PROJETO DE LEI Nº 290/2001

P A R E C E R :

A proposição em tela trata do Projeto de Lei nº 290/2001, de autoria do deputado Custódio da Silva, que autoriza o Poder Executivo a criar o Colégio de Ensino Médio e Profissionalizante Frei Miguel, nesta capital.

Anexo ao presente projeto encontra-se um auto-explicativo parecer da Secretaria de Estado da Educação sobre as questões relativas à sua constitucionalidade. Em consulta à Constituição Estadual, bem alertado pela Secretaria da Educação, depara-se com o artigo 68, inciso I, que dispõe:

“Art. 68 - Não é admitido aumento de despesa prevista:

I - nos Projetos de iniciativa exclusiva do governador do Estado, ressalvadas as emendas ao projeto de lei do orçamento anual, quando compatíveis com a lei de diretrizes orçamentárias e com o plano plurianual”.

Segundo a própria Secretaria da Educação, o presente projeto se configura inconstitucional por ferir os mandamentos contidos nos artigos 135 da Constituição Estadual e o 167 da Constituição Federal, os quais vedam vinculações de receita.

Assim sendo, emitimos parecer contrário à sua aprovação.

Sala das Comissões, em 18.09.2001.

(aa) BASÍLIO ZANUSSO - Presidente
MARCOS ISFER - Relator

COMISSÃO DE EDUCAÇÃO,
CULTURA E ESPORTES
PROJETO DE LEI Nº 290/2001

P A R E C E R :

O projeto de lei em epígrafe, de autoria do nobre deputado Custódio da Silva, objetiva autorizar o Poder Executivo a criar na Cidade Industrial de Curitiba-CIC, em convênio com a Prefeitura Municipal e outros organismos que especifica, um colégio de ensino médio e profissionalizante.

Não obstante a douta Comissão de Constituição e Justiça tenha se manifestado contrariamente ao projeto, em face da inconstitucionalidade apontada, esta Comissão de Educação, à qual compete a análise de mérito, não poderia adotar outro entendimento se não pela concordância com a matéria proposta pelo autor, dada a relevância que a mesma encerra em seu conteúdo.

Ora, é indispensável dizer da importância que a qualificação profissional significa no desenvolvimento industrial e, principalmente, no acesso ao mercado de trabalho, progressão funcional do operariado, e conseqüente manutenção do emprego.

Nestas condições o parecer é favorável, opinando pela aprovação do projeto.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 10.09.2001.

(aa) ÂNGELO VANHONI - Presidente
WALDYR PUGLIESI - Relator

Em votação.

Para encaminhar, o deputado Custódio da Silva, autor do projeto.

O SR. CUSTÓDIO DA SILVA

Senhor presidente, senhoras e senhores deputados.

(Lê):

“Hoje, a maioria dos trabalhadores não possui o primeiro e segundo grau para que possa se qualificar profissionalmente, pois não preenche os mínimos requisitos que são exigidos.

O presente projeto de lei a ser votado, visa dar condições a esse trabalhador, que ao terminar o segundo grau, estará apto a disputar e obter colocação no mercado de trabalho.

Contamos com o apoio de todos os nobres pares desta Casa, que como nós, estão sempre empenhados na busca de alternativas que possam oferecer oportunidades de aperfeiçoamento profissional aos nossos trabalhadores.

O Governo do Estado, também interessado na melhoria das condições de vida de nosso povo, irá com

certeza, sancionar o referido projeto, pois é de grande alcance social.

Muito obrigado, senhor presidente.

O SR. PRESIDENTE (**Elio Rusch**)

Quero avisar aos senhores deputados que, como o Projeto nº 290/2001 tem parecer contrário, nós vamos proceder à votação inversa. Os deputados que aprovam o projeto, queiram levantar-se. **Aprovado.**

Respondendo à Questão de Ordem levantada pelo deputado José Maria, no artigo 126, o projeto de lei que tiver parecer contrário, quanto ao mérito de todas as Comissões a que for submetido, será tido como favorável. Esse tem parecer favorável de uma Comissão.

ITEM 21

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 312/2001, de autoria do deputado Valdir Rossoni, que autoriza o Poder Executivo a doar à Prefeitura Municipal de Sengés o imóvel que especifica. **COM PARECERES FAVORÁVEIS DA CCJ E CTIC. (Publ. no DA nº 102/2001, de 06/08/2001).**

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
PROJETO DE LEI Nº 312/2001

P A R E C E R :

O presente projeto de lei, de autoria do nobre deputado Valdir Rossoni, tem por objetivo doar à Prefeitura Municipal de Sengés, o imóvel de propriedade do Estado do Paraná, registrado sob a matrícula nº 1229, do Cartório de Registro de Imóveis da Comarca de Sengés, sem benfeitorias, com área de 5.204m² que deverá ser utilizado exclusivamente para construção da sede da Câmara Municipal de Sengés.

Chamada esta Comissão a se manifestar com relação à legalidade e constitucionalidade, nada encontramos que possa impedir sua normal tramitação por esta Casa de Leis.

Assim sendo, nosso parecer é favorável.

Sala das Comissões, em 28.08.2001.

(aa) BASÍLIO ZANUSSO - Presidente
SERAFINA CARRILHO - Relatora

COMISSÃO DE TERRAS, IMIGRAÇÃO E
COLONIZAÇÃO
PROJETO DE LEI Nº 312/2001

P A R E C E R :

Relatório

O presente projeto de lei, de autoria do deputado Valdir Rossoni, visa autorizar o Poder Executivo a doar à Prefeitura Municipal de Sengés o imóvel de propriedade do Estado do Paraná, com uma área de 5.204m², situado em zona urbana daquele município, o qual deverá ser utilizado para a construção exclusiva da sede da Câmara Municipal de Sengés.

Fundamentação

Quanto aos aspectos constitucional e legal da matéria objeto deste parecer, a Comissão de Constituição e Justiça posicionou-se favoravelmente por não encontrar nenhum óbice para sua tramitação.

Chamada esta Comissão a se manifestar, conforme dispõe o parágrafo 8, do artigo 33, do Regimento Interno, entende pelo mesmo posicionamento da douta Comissão acima referida. O projeto em análise atende aos superiores interesses da Administração Pública, dos edis e da coletividade.

Conclusão

Assim sendo, somos pelo parecer favorável à aprovação do projeto de lei em tela.

Sala das Comissões, em 12.09.2001.

(aa) NEREU MOURA - Presidente

PLAUTO MIRÓ GUIMARÃES - Relator

ITEM 22

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 331/2001, de autoria da deputada Serafina Carrilho, que autoriza o Poder Executivo a criar o Programa Mutirão Universitário, no Estado do Paraná. COM PARECERES FAVORÁVEIS DA CCJ E CECE. **Aprovado. (Publ. no DA nº 104/2001, de 08/08/2001).**

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
PROJETO DE LEI Nº 331/2001

P A R E C E R :

O presente projeto de lei de autoria da nobre deputada Serafina Carrilho, autoriza o Poder Executivo a criar o Programa Mutirão Universitário.

Chamada esta Comissão a se manifestar, verificou-se que a matéria em tela, por possuir caráter autorizatório e altamente meritório, atende aos dispositivos legais.

Assim sendo, nosso parecer é favorável.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 04.09.2001.

(aa) BASÍLIO ZANUSSO - Presidente

ORLANDO PESSUTI - Relator

COMISSÃO DE EDUCAÇÃO,
CULTURA E ESPORTES
PROJETO DE LEI Nº 331/2001

P A R E C E R :

O Projeto de Lei nº 331/2001, de autoria da deputada Serafina Carrilho, tem por objetivo autorizar o Poder Executivo a criar o Programa Mutirão Universitário, no Estado do Paraná.

A douta Comissão de Constituição e Justiça, manifestou-se favoravelmente ao presente projeto, nos aspectos constitucionais, legais e de técnica legislativa.

Esta Comissão, chamada à manifestação de acordo com o parágrafo 7º do artigo 33 do Regimento Interno,

nada encontrou que pudesse obstar normal tramitação pelos demais órgãos desta Casa de Leis.

Do exposto, opina esta Comissão favoravelmente à sua aprovação.

Sala das Comissões, em 10.10.2001.

(aa) ÂNGELO VANHONI - Presidente

DUÍLIO GENARI - Relator

ITEM 23

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 377/2001, de autoria do deputado Hermas Brandão, que institui no calendário de eventos do Estado do Paraná, o Dia da Lembrança dos Heróis e Mártires da Segunda Guerra Mundial. COM PARECER FAVORÁVEL DA CCJ. **(Publ. no DA nº 117/2001, de 03/09/2001).**

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
PROJETO DE LEI Nº 377/2001

P A R E C E R :

De autoria do deputado Hermas Brandão, o projeto em questão institui no calendário de eventos do Estado do Paraná, o Dia da Lembrança dos Heróis e Mártires da Segunda Guerra Mundial.

Oportuno o projeto, num momento em que o mundo assiste estarrecido tantas demonstrações de violência e guerras se iniciam. No nosso Estado, este ano, Max Wolff Filho, paranaense, está sendo homenageado, pois foi um dos maiores heróis da II Guerra Mundial, que morreu em combate, ao lado de outros 27 paranaenses (entre os 489 soldados abatidos em batalhas naquela Guerra).

A propósito, Max Wolff Filho ganhou também este ano, na Itália - cidade de Montese, um monumento em reconhecimento ao valoroso serviço prestado, e pelo qual é conhecido como "libertador" da Itália.

Diante do exposto, reconhecendo como muita justa a homenagem que o Estado presta a estes heróis e mártires que, corajosamente deram suas vidas na II Guerra Mundial e não encontrando óbice legal que impeça o presente projeto de lei de tramitar nesta Casa de Leis, opinamos pelo parecer favorável ao mesmo, solicitando que o mesmo seja encaminhado à Comissão de Educação, Cultura e Esportes, para análise e parecer.

Sala das Comissões, em 09.10.2001.

(aa) BASÍLIO ZANUSSO - Presidente

ALGACI TULIO - Relator

O SR. ALGACI TULIO (Pela Ordem)

Tenho um encaminhamento em cima desse projeto.

No parecer favorável da Comissão de Constituição e Justiça, também recomendamos a sua passagem pela Comissão de Educação Cultural e Esporte da Assembleia.

Também não deveria estar na Ordem do Dia de hoje, sem ter sido encaminhado à Comissão de Educação.

O SR. PRESIDENTE (**Elio Rusch**)

Nós vamos retirar da Ordem do Dia e encaminhar à Comissão de Educação.

ITEM 24

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 438/2001, de autoria do deputado Orlando Pessuti, que altera as divisas entre os municípios de Palmital com Laranjal. **COM PARECER FAVORÁVEL DA CCJ. Aprovado. (Publ. no DA nº 125/2001, de 13/09/2001).**

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA PROJETO DE LEI Nº 438/2001

P A R E C E R :

O Projeto de Lei nº 438/2001, de autoria do deputado Orlando Pessuti, que altera as divisas entre os municípios de Palmital e Laranjal conforme especifica.

Depreende-se do projeto que, quando do desmembramento do município de Laranjal do município de Palmital, através da Lei nº 9.533, de 09 de janeiro de 1999, as divisas entre os dois municípios não ficaram devidamente ajustadas, causando problemas para a administração municipal de ambas as localidades.

O projeto vem acompanhado de “Acordo para Ajuste de Divisas” subscrito pelos respectivos prefeitos, presidentes das Câmaras Municipais e pelo IBGE, solucionando o problema administrativamente, faltando apenas a regulamentação legal.

Nestes termos, o projeto não apresenta óbice de natureza constitucional, legal ou regimental.

Pelo exposto, opino favoravelmente à sua tramitação.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 16.10.2001.

(aa) BASÍLIO ZANUSSI - Presidente

JOSÉ MARIA FERREIRA - Relator.

O SR. PRESIDENTE (**Elio Rusch**)

Sobre a mesa, Requerimento nº 3476, de autoria da senhora deputada Luciana Rafagnin, constante do expediente. **Em Discussão.**

UM SR. DEPUTADO (**Pela Ordem**)

Para discutir, senhor presidente.

O SR. PRESIDENTE (**Elio Rusch**)

Adia-se a discussão para a próxima Sessão na forma do artigo 155, do Regimento Interno.

Requerimento nº 3489, de autoria do senhor deputado Valdir Rossoni, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

O SR. VALDIR ROSSONI (**Pela Ordem**)

Apenas para justificar o voto do requerimento que foi aprovado, eu peço informações ao Tribunal de Con-

tas, se tem algum conselheiro licenciado ou afastado de suas funções, porque tenho percorrido o interior do Paraná e tenho encontrado conselheiros do Tribunal de Contas, fazendo campanha política aberta e, segundo consta, os conselheiros são proibidos de participar de campanhas eleitorais ou pedir votos para quem quer que seja.

Então, estou fazendo esse pedido ao Tribunal de Contas para saber se tem algum conselheiro afastado neste momento, porque, se por uma eventualidade não estiverem afastados, eu estarei entrando com uma Comissão Especial de Investigação, para que possamos averiguar.

E é importante que se ressalte. Ao dar início a esta CEI, o conselheiro terá que ser afastado das suas funções.

Muito obrigado!

O SR. PRESIDENTE (**Elio Rusch**)

Requerimento nº 3433, de autoria do senhor deputado Divanir Braz Palma, constante do expediente de Sessão anterior. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 3467, de autoria do senhor deputado Edno Guimarães, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 3468, de autoria do senhor deputado Algaci Tulio, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimentos nºs 3469 e 3470, de autoria do senhor deputado Nereu Moura, constantes do expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimentos nºs 3474 e 3475, de autoria do senhor deputado Tony Garcia, constantes do expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimentos nºs 3477 a 3480, de autoria do senhor deputado Antonio Anibelli, constantes do expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimentos nºs 3481 a 3483, de autoria do senhor deputado Edson Strapasson, constantes do expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 3487, de autoria do senhor deputado Luiz Accorsi, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 3488, de autoria do senhor deputado Luiz Carlos Martins, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 3484, de autoria do senhor deputado Caíto Quintana, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

A SRA. LUCIANA RAFAGNIN (**Pela Ordem**)

Gostaria que fosse revisto o requerimento que acabamos de votar, pois ele tem o mesmo conteúdo do que eu apresentei.

Que seja anexado o meu requerimento ao do deputado Caíto Quintana.

Muito obrigada!

O SR. PRESIDENTE (**Elio Rusch**)

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente Sessão, marcando outra para terça-feira, dia 23, à hora regimental com a seguinte

2ª DISCUSSÃO - dos Projetos de Lei nºs 353, 389, 390/2000; 019, 060, 099, 143, 228, 272, 290, 312, 331, 377 e 438/2001.

ORDEM DO DIA:

3ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 343/2000.

Levanta-se a Sessão.